



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL SECRETARIA
JURÍDICA E LEGISLATIVA — SJL
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA E REVISÃO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA “FERROVIA SIM, HIDROVIA NÃO”
REALIZADA EM 10/06/2026**

**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O TEMA “FERROVIA SIM, HIDROVIA NÃO”
REALIZADA NO CENTRO DE CONVENÇÕES DO PANTANAL EM CORUMBÁ MATO
GROSSO DO SUL**

Aos cinco dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte e seis, às dezesseis horas e vinte minutos, no Centro de Convenções do Pantanal, em Corumbá, Mato Grosso do Sul, sob a presidência do senhor deputado Pedro Kemp, segundo-secretário da ALEMS, foi aberta a Audiência Pública com o tema: “Ferrovia Sim, Hidrovia Não”.

MESTRE DE CERIMÔNIA (Andressa Fraga Cotta) — Boa tarde! Sejam todos bem-vindos. Este é um espaço destinado à discussão dos impactos socioambientais do projeto da Hidrovia Paraguai-Paraná no Pantanal e em todo o seu socioecossistema. Como alternativa, esta audiência pública também propõe o debate sobre a reativação da malha ferroviária, considerando tratar-se de um corredor terrestre já delimitado e alinhado aos anseios da população de Corumbá quanto à mobilidade e às alternativas de desenvolvimento turístico na região. Esta audiência pública é uma proposição do deputado estadual Pedro Kemp e conta com o apoio dos mandatos da deputada federal Camila Jara e da senadora Soraya Thronicke. Conta, ainda, com a participação de organizações como a Environmental Justice Foundation (EJF), o Instituto SOS Pantanal e o Coletivo Elas Podem. Para compor a Mesa, convidamos o deputado Pedro Kemp, proponente desta audiência. Ele é graduado em Filosofia e em Psicologia, possui mestrado em Educação, está em seu quarto mandato parlamentar e exerce atualmente a função de segundo-secretário da Assembleia Legislativa de Mato Grosso do Sul... Convidamos a senhora Stefânia Oliveira, geógrafa, mestre em Geociências, doutora em Ciências, especialista em Análise de Dados Espaciais e Impactos Antropogênicos na Bacia do Alto Paraguai, coordenadora técnico-científica do Instituto SOS Pantanal e pesquisadora associada da Universidade Federal de Mato Grosso... Convidamos a senhora Luciana Leite, bióloga formada pela Universidade Federal da Bahia, mestre em Lideranças para Conservação Ambiental pela Universidade de Cambridge, doutora em Ecossistemas e Sociedade pela Universidade Estadual de Oregon, cofundadora da Chalana Esperança e representante da EJF no Brasil... Convidamos a senhora Taciane Pereira, diretora do Coletivo Elas Podem, cientista social e assessora parlamentar da senadora Soraya Thronicke. A senadora Soraya Thronicke é advogada, filiada ao Partido Socialista do Brasil e atualmente representa o Estado de Mato Grosso do Sul no Senado Federal... Convidamos o senhor Anísio Guató, ferroviário, liderança indígena, licenciado em Geografia, pós-graduado em Educação Popular, professor, natural de Corumbá, integrante do Sindicato dos Ferroviários e de diversos órgãos de controle social... Convidamos a senhora Luany Monaco, nascida e criada em Corumbá, comunicadora socioambiental, pantaneira, jornalista comunitária e produtora cultural... Convidamos o senhor cacique Negré, liderança Guató da comunidade Barra de São Lourenço. Participará conosco, de forma on-line, o deputado Júlio Campos, professor, agrônomo e político do União Brasil, deputado estadual pelo Estado de Mato Grosso, ex-governador, ex-senador, ex-deputado federal e ex-prefeito de Várzea Grande. É autor do Projeto de Lei nº 1.572/2024, que declara o rio Paraguai patrimônio natural, histórico,



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL SECRETARIA
JURÍDICA E LEGISLATIVA — SJL
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA E REVISÃO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA “FERROVIA SIM, HIDROVIA NÃO”
REALIZADA EM 10/06/2026**

cultural, paisagístico e ecológico do Estado de Mato Grosso... Para a abertura oficial e as boas-vindas, passo a palavra ao proponente desta audiência, deputado Pedro Kemp. Obrigada.

DEPUTADO PEDRO KEMP - PT (proponente) — Boa tarde! Agradeço a presença de todos e de todas. Estou muito feliz por estar aqui, em Corumbá, especialmente em razão da realização deste evento, que considero de grande relevância para a região, para o estado e para o país. Agradeço às pessoas que compõem a mesa dos trabalhos. De modo especial, agradeço à Stefânia, do SOS Pantanal, e à Luciana Leite, da EJF, entidades parceiras na realização desta audiência pública. Agradeço também o apoio da senadora Soraya (aqui representada pela Taciane) e da deputada Camila Jara. Registro, ainda, a presença da Luany, do Anísio Guató e do cacique Negré. Quero destacar que não somos contrários ao desenvolvimento, mas não podemos admitir a busca pelo crescimento econômico sem considerar o desenvolvimento humano e social aliado à responsabilidade ambiental. Existe uma falsa oposição entre aqueles que defendem o crescimento econômico e aqueles que defendem a preservação do meio ambiente. Trata-se de uma falsa disputa, porque o crescimento econômico sem desenvolvimento social e sem responsabilidade ambiental não representa verdadeiro desenvolvimento. Nós fazemos parte do meio ambiente, e não haverá qualidade de vida, nem mesmo vida em sentido pleno, sem a devida preocupação com a preservação ambiental. Estamos reunidos para debater uma questão que envolve um dos biomas mais sensíveis do país: o Pantanal, que tem sofrido impactos significativos nos últimos anos. Nas últimas décadas, observamos uma redução expressiva do volume de água e das cheias, além da ocorrência de secas prolongadas e queimadas de grandes proporções, que frequentemente devastam extensas áreas de vegetação pantaneira. Temos diante de nós um projeto de hidrovía que está sendo discutido e que poderá provocar impactos significativos, especialmente sobre os povos do Pantanal, as comunidades indígenas, as comunidades ribeirinhas e toda a população que vive na região, alcançando também os municípios de Corumbá e Ladário. As pessoas estudiosas do tema e os especialistas presentes poderão detalhar melhor os riscos que o Pantanal poderá enfrentar com a implantação desse projeto. Trata-se de uma situação que deve nos preocupar e mobilizar. Realizamos uma primeira audiência pública na Assembleia Legislativa, em Campo Grande, e, após sua realização, encaminhamos ao Ministério do Meio Ambiente, ao Ibama e ao Imasul os debates nela promovidos, acompanhados de uma carta que sintetiza as principais preocupações levantadas e solicitamos a suspensão do projeto da hidrovía. Considero essa suspensão fundamental para possibilitar um debate mais amplo, especialmente com os segmentos que serão mais impactados pelas obras. A realização desta segunda audiência pública, aqui em Corumbá, no coração do Pantanal, tem o objetivo de dar continuidade aos debates e, principalmente, ouvir aqueles que poderão ser diretamente afetados pelo projeto. Por fim, agradeço novamente a presença de todos e de todas. Após as manifestações iniciais, abriremos espaço para a participação do público interessado, para que possamos ouvir diferentes opiniões, contribuições e preocupações sobre o tema. É fundamental que possamos, posteriormente, manifestar às autoridades e aos órgãos competentes nossas preocupações acerca de um projeto que

impactará o Mato Grosso do Sul, a Bolívia e o Paraguai. Neste momento, eu declaro oficialmente aberta esta audiência pública, agradecendo imensamente a presença de todas e de todos. Daremos início aos trabalhos. Está prevista a participação, por videoconferência, do deputado Júlio Campos. Caso a conexão dele seja estabelecida, ouviremos sua manifestação posteriormente. Trata-se de um parlamentar do Estado de Mato Grosso, nosso estado vizinho. Passo a palavra à senhora Stefânia Oliveira.

SENHORA STEFÂNIA OLIVEIRA (coordenadora técnico-científica do Instituto SOS Pantanal) — Boa tarde! Agradeço a oportunidade e a presença de todos nesta audiência. Pretendo apresentar algumas considerações sobre o projeto de concessão da hidrovia, com base nos contratos e na documentação aos quais tivemos acesso até o momento. Solicito que todos acompanhem os eslaides. O projeto não representa apenas uma questão logística. Trata-se de uma intervenção estrutural proposta para um sistema natural altamente sensível, que é o Pantanal. Neste mapa, a área em verde-claro representa o Pantanal, enquanto as áreas em verde-escuro correspondem aos planaltos adjacentes e às regiões de Cerrado da Bacia do Alto Paraguai. Ao centro, observa-se o rio Paraguai, que atravessa o bioma e funciona como seu principal eixo estruturador, dividindo-se em tramo norte e tramo sul. O projeto prevê intervenções em aproximadamente quinhentos e noventa quilômetros do trecho brasileiro localizado no tramo sul. Contudo, cabe questionar se essas intervenções ficarão restritas a essa área. O que estabelece o contrato? Existe a possibilidade de ampliação da área concedida? Conforme previsto contratualmente, também estão incluídos aproximadamente dez quilômetros do Canal do Tamengo. Além disso, o contrato prevê a possibilidade de intervenções no tramo norte, caso o poder concedente, mediante procedimento de revisão extraordinária, assim o determine. Portanto, o instrumento contratual admite a ampliação da área de intervenção ao longo da execução do projeto. Outra questão relevante refere-se às exigências operacionais impostas ao rio. O projeto estabelece a manutenção de um calado de três metros quando o rio Paraguai estiver na cota de 0,94 metro e de dois metros quando estiver na cota de -0,12 metros. O calado corresponde à distância entre a superfície da água e o ponto mais baixo da embarcação, seja a quilha ou a hélice. Segundo a documentação disponível, esses parâmetros foram definidos com base em uma denominada Zona de Referência Hidrológica Contratual. A zona de referência foi estabelecida a partir de uma série histórica de níveis médios diários obtidos em estação fluviométrica, com exclusão dos valores extremos, ou seja, dos registros mais elevados e dos mais baixos da série histórica. Entretanto, pelo menos até o presente momento, o Instituto SOS Pantanal não teve acesso aos documentos contratuais que demonstrem os cálculos realizados, os critérios estatísticos adotados para a exclusão desses extremos e a metodologia detalhada utilizada. Assim, não é possível compreender como tais parâmetros foram definidos. Isso dificulta a nossa análise como pesquisadores e também uma auditoria técnica independente do projeto. Pensando também nesse projeto, existem os passos críticos. O que são eles? São os pontos ao longo do rio que apresentam baixa profundidade, estreitamento do canal ou afloramentos rochosos. Então, há as rochas, os bancos de areia e as curvas muito fechadas. São, resumindo, obstáculos à navegação. Segundo a Marinha, no tramo norte existem trinta e seis pontos críticos e, no tramo sul,

dezessete, totalizando cinquenta e três pontos que atrapalhariam a navegação, vamos dizer assim. E quais são as principais intervenções nesses pontos? A principal delas é a dragagem. O que é isso? É a remoção de sedimentos do fundo do rio. E há toda uma série de impactos, sobre os quais vou falar logo depois, decorrentes do aprofundamento do rio. Há também o derrocamento, que é a explosão ou a fragmentação das rochas aflorantes, também presentes no fundo do rio. Está previsto o derrocamento do Canal do Tamengo, até este momento. Mas também há um gap nos contratos: está escrito que não há previsão de execução de serviços de derrocamento na área de concessão. O que não significa que o derrocamento é proibido. Portanto, esse também é um ponto que nos chama a atenção. Mas por que a hidrovia nos preocupa tanto? As dragagens, como eu disse, quando se vai retirando o sedimento, o rio vai ficando mais profundo — e isso aumenta a vazão. Então, passa uma quantidade maior de água por segundo naquele local. Vai aumentar a velocidade e vai aumentar o volume de água passando naquele trecho. As dragagens também podem impactar a conectividade e afetar os peixes e as aves migratórias, que dependem do pulso de inundação do rio. Além disso, há a ressuspensão de sedimentos. Então, quando é feita a escava o fundo do rio, os metais pesados são ressuspensos e podem contaminar a fauna e a qualidade da água que nós usamos no nosso dia a dia. Existem três pontos principais de estreitamentos do rio: ali perto da Serra do Amolar; do Urucum e, logo abaixo, perto da Foz do Apa, o Fecho dos Morros. Esses três pontos, geologicamente falando, constituem um estreitamento do rio que controla o pulso de inundação. A gente sabe que o Pantanal tem épocas de cheia e épocas de vazante. E uma parte disso é controlada por esse estreitamento do rio. O Pantanal, como vocês sabem, não tem uma cheia uniforme. Ela começa lá em cima e vai descendo mais para o sul. Começa no norte e vai avançando para o sul. E existe esse intervalo de tempo porque o rio tem que passar por um funil, que são essas áreas, esses gargalos, que também produzem o efeito de remanso, em que a água fica represada. É como se ela subisse novamente; é como se fosse um pulso mesmo, um pulso do coração, vamos pensar assim. Essas cheias e essas vazantes conectam o rio às margens — o que a gente chama de conectividade lateral. Quando ocorre esse extravasamento do rio para as áreas marginais, há todo um sistema ecológico envolvido; é todo um sistema conectado. Então, a fauna, a flora, as pessoas e a pecuária extensiva vivem nesse sistema que depende desse pulso de inundação. A gente sabe também que os efeitos climáticos estão cada vez mais severos. A régua de Ladário, em 28 de agosto de 2024, chegou a menos 6 centímetros. E eles estão considerando um calado de 2 a 3 metros. Então, o que sobraria de espaço entre o fundo do rio e as embarcações, considerando que o rio está cada vez mais seco? Ao analisar os documentos, eu percebi que faltam dados que incluam previsões climáticas. Há a possibilidade de vir um El Niño muito forte; as alterações climáticas estão cada vez mais severas; os períodos de secos estão mais prolongados, e não há nenhum cálculo mostrando que essas previsões climáticas foram incorporadas às modelagens. Também não há nada falando sobre o pulso de inundação. Esse termo não aparece nos documentos, nos métodos, e nem o cálculo. Então, não sabemos como seria esse empreendimento, haja vista que ele não considera o que mantém o Pantanal vivo: essa conectividade com a planície. Não há nada sobre isso. Também não há dados primários. Então, nós não sabemos, por exemplo, quanto sedimento sai, quanto

sedimento entra no rio Paraguai, ou se tudo é modelagens. Por isso, precisamos de mais pesquisas para entender como o sistema funciona antes de qualquer intervenção. Além disso, eles não consideram a escala da bacia. Agora, não se pode pensar apenas em um trecho do rio; estamos falando de uma bacia hidrográfica que depende também dos planaltos. Então, se considerarmos intervenções futuras, por exemplo, hidrelétricas, mudanças no uso e na ocupação do solo — que já consomem parte dessa água —, como ficará a situação no futuro?... Temos essas intervenções nos planaltos e também a própria hidrovía. É preciso considerar todos esses empreendimentos futuros nos modelos. Portanto, faltam estudos. Além disso, o contrato admite que também possam ocorrer outras dragagens realizadas pelo poder público. Então, seriam duas frentes de dragagem: a da concessionária e a do poder público. Isso também é bastante preocupante. Existe no contrato a previsão de um comitê de dragagem, que envolve os principais órgãos reguladores e os atores diretamente ligados à operação da hidrovía. Mas não constam pesquisadores, instituições científicas, organizações ambientais ou representantes das comunidades locais nesse comitê de caráter consultivo. Então, nós gostaríamos de, pelo menos, participar desse comitê, avaliar como estão ocorrendo essas dragagens, verificar os procedimentos adotados. E também é fundamental que haja maior transparência. O SOS Pantanal está acompanhando esse processo há algum tempo. Entramos em contato com a Antaq, levantamos várias questões, e ainda não obtivemos resposta. Participamos de outras audiências públicas, e quero deixar claro que não se trata apenas da minha opinião. Existem dezenas de autores, pesquisadores e cientistas que já levantaram essas questões e essas preocupações sobre a hidrovía. Existem estudos apontando esses possíveis impactos. O que a gente quer agora é justamente levantar essas questões, buscar transparência e pensar, juntos, em uma solução.

DEPUTADO PEDRO KEMP - PT (proponente) — Agradeço, Stefânia. Eu acho que fica uma pergunta aqui para todos nós: a quem interessa a hidrovía? Quem vai se beneficiar com a hidrovía? Será que serão os povos indígenas, os ribeirinhos, a população que vive do turismo e da pesca aqui na região, ou serão algumas grandes empresas?... Penso que essa pergunta deve balizar todos os nossos debates e fazer com que consigamos, como disse agora a Stefânia ao final da sua fala, exigir transparência na discussão desse projeto. Já que as entidades têm interesse em participar do comitê de dragagem e de todos esses debates que estão acontecendo, é preciso haver transparência e participação da sociedade. Agora, eu passo a palavra à Luciana Leite.

SENHORA LUCIANA LEITE (representante da EJJ do Brasil) — Boa tarde, deputado Pedro Kemp! Muito obrigada por nos receber hoje, por esta audiência pública e por criar este espaço de democratização do conhecimento, de discussão e de participação popular. Eu gostaria de começar a minha fala fazendo alguns agradecimentos. Eu vou ser um tanto protocolar aqui, mas entendendo que nada disso acontece se pessoas e instituições não derem as mãos para realizar esse movimento. Agradeço também ao gabinete e ao mandato da deputada federal Camila Jara, que apoia não somente esta audiência, mas também o movimento cultural que realizamos ontem, inclusive

financeiramente, reconhecendo a importância da arte, da cultura e do movimento ambiental aqui no município. Agradeço também ao mandato da senadora Soraya Thronicke, representada aqui pela Taciane, que deu todo o suporte logístico para que conseguíssemos articular esta atividade em Corumbá, mesmo estando em Campo Grande. Muitos de nós que estamos aqui hoje não nascemos em Mato Grosso do Sul. Eu fui recentemente apelidada de "Corumbaíba", porque venho do Nordeste, mas escolhi o Pantanal como propósito de vida e de luta. É aqui que resido hoje. Ainda estamos iniciando nossa articulação territorial, então ter mandatos federais e estaduais comprometidos com a voz do povo é muito importante para que espaços como este aconteçam cada vez mais. Por isso, agradeço demais ao mandato da senadora Soraya por facilitar e articular toda essa logística aqui no território. Quero agradecer também ao Diretório do Partido dos Trabalhadores, que possibilitou a disponibilização de transporte gratuito para os assentamentos e as comunidades mais distantes, permitindo que as pessoas tivessem essa facilidade logística para estar aqui conosco hoje. E preciso agradecer aos meus colegas de luta: do SOS Pantanal, da Chalana Esperança, do Instituto Homem Pantaneiro, da Acaia Pantanal e de tantas outras organizações socioambientais que estão aqui hoje apoiando esta discussão. Ontem, tivemos um movimento cultural muito bonito e muito importante, que chamamos carinhosamente de Festival Ferrovia Sim — Hidrovia Não. E eu vejo aqui alguns dos artistas que estiveram conosco ontem. Sou grata por vê-los aqui e principalmente por saber que vocês abraçam essa causa. Como eu disse, eu não sou daqui, e fiquei impressionada, deputado, com a riqueza cultural de Corumbá. Do hip-hop ao siriri, da dança de rua à grafiteagem, dos DJs à moda de viola. A noite de ontem me mostrou o apetite cultural e o potencial humano que existem nesta cidade, para além das riquezas ambientais, do Pantanal e da biodiversidade. Uma das razões que me trouxeram aqui, enquanto bióloga, foi enxergar esse potencial humano, tantas vezes pouco valorizado, pouco reconhecido e pouco impulsionado. Gente, eu voltarei aqui, porque me falaram muito do Banho de São João. Eu juro que volto, porque estou encantada. E o Nordeste também tem um São João muito forte, viu? Então, eu venho cheia de expectativas... Combinado! Após a apresentação técnica da Stefânia — uma verdadeira aula, pela qual agradeço muito —, fiquei responsável por fazer uma contextualização mais política e por ajudar a entender o que está acontecendo não só no Pantanal, mas no Brasil inteiro, por conta desse projeto. Eu trouxe alguns pontos importantes. A primeira coisa é que este espaço foi criado porque precisava ser criado. E precisa ser o primeiro de muitos. Porque entendemos que há um atropelo dos ritos processuais. Existe uma série de etapas que precisam acontecer antes que um projeto dessa magnitude seja implementado, e a gente não está vendo isso acontecer. Estamos vendo um movimento de aumento da produção. Estamos vendo investimentos do BNDES — e eu vou falar com mais detalhes sobre isso —; estamos vendo anúncios sobre quando essa concessão vai acontecer, sobre quando será o leilão, sem que exista participação popular e um debate efetivo sobre o que é essa hidrovia e quais impactos ela trará, principalmente para o povo corumbaense. E a primeira coisa que eu acho importante trazer: eu sei que temos aqui pessoas do setor aquaviário e também importantes lideranças guató. A hidrovia, o caminho das águas, existe e é utilizada há milhares de anos. Ninguém é contra utilizar um rio para navegação. Isso já acontece. O que nós questionamos é a privatização

dessa rota mediante obras de infraestrutura, derrocamentos e dragagens que podem impactar o rio e todo o pulso das águas, que é justamente o que mantém vivo o Pantanal e todas as comunidades que dependem dele. Então, quando a Stefânia fala da preocupação com o aumento do calado, de acelerar essas águas, do esvaziamento das águas dos Campos, ela está falando da reprodução do pintado, da segurança alimentar, do ecoturismo, de um aumento de volume de embarcações, de balsas, de empurradores, que não condizem com o potencial e a vocação humana e ambiental desse lugar. Eu me recuso a acreditar que, na maior planície tropical alagável do mundo e um dos lugares mais bonitos do planeta, a vocação seja a extração de minério. Eu me recuso a acreditar nisso. Não que a mineração não seja importante, não que ela não gere emprego, mas a impressão é a de que o minério sufoca tudo. Nós tivemos a oportunidade, ontem, de ir à rota do minério, para vermos um pouco da operação, inclusive vimos o trilho do trem passar por onde os caminhões estão sendo carregados e recarregados. E nós vimos os balneários vazios, vimos a água faltando, vimos o pó do minério sufocando o ecoturismo, sufocando o lazer, sufocando o bem viver da comunidade. Então, será que há necessidade de pensarmos nessa expansão, no barateamento do transporte, com todas essas obras e impactos que isso acarreta, para que o lucro seja individualizado e o custo ambiental e social seja compartilhado por todos nós? Aí eu ecoo a palavra do deputado Pedro Kemp: a quem interessa essa obra? Não é ao corumbaense, ao artista, ao ambientalista, ao vendedor. Não! Essa obra vai aumentar o lucro e a riqueza de um conglomerado de empresas. E a gente vai chegar lá para falar um pouco sobre por que isso tem se tornado cada vez mais problemático, à medida que a gente começa a se debruçar sobre os dados que temos hoje, inclusive os oriundos de investigações. Então, bom, uma coisa importante é que esse projeto da Hidrovia do rio Paraguai não acontece de forma isolada. Ele é parte de uma ideia do atual Governo Federal — e que já vem de outros governos também — de fazer a privatização de várias hidrovias ao redor do Brasil. Então, existem quatro hidrovias planejadas para a região Amazônica, por exemplo, e uma hidrovia aqui, no rio Paraguai. Em fevereiro deste ano, eu não sei se vocês acompanharam nos noticiários — deu até no noticiário nacional —, os povos do Tapajós, com medo dessa ameaça das hidrovias planejadas para lá, fizeram grandes protestos e conseguiram que o presidente Lula, que o Governo Federal, cancelasse as concessões de hidrovias na Amazônia, mas mantivesse a hidrovia do rio Paraguai. E aí, gente, há uma confusão, eu acho, do Governo Federal, de achar que a suposta falta de resistência à hidrovia do Paraguai é porque as pessoas não se opõem, quando, na verdade, é porque as pessoas não sabem. Esse debate não chegou aos sul-mato-grossenses, esse debate não chegou aos corumbaenses. As pessoas não sabem o que dizem os contratos. Agora, a gente trabalha com uma equipe de doutores, pós-doutores e cientistas para conseguir debruçar sobre os contratos e estudos, e até sobre a falta deles, para entender o que está sendo proposto. Mas as pessoas, aqui em Corumbá, não sabem desse projeto nem dos impactos dele. Então, por que ele segue caminhando? Ele vai atender à população ou está sendo impulsionado por um conglomerado de empresas? Então, acho que a primeira a ser feita é exigir a democratização do conhecimento sobre o assunto. Bom, outra coisa muito importante é a questão da denúncia. A gente levou para a COP15, em Campo Grande, na audiência que

a gente fez lá, que o BNDES já destinou 3,7 bilhões de reais — vocês não ouviram errado, eu disse bilhões mesmo — para a construção de balsas e empurradores para a hidrovía do rio Paraguai. Mas o processo não foi licenciado. Então, como o Governo Federal está investindo quase 4 bilhões na compra de balsas e embarcações para uma hidrovía que ainda não foi aprovada pelo Ibama? Não existem manifestações conclusivas dos órgãos competentes, não foram cumpridos os ritos processuais necessários para que uma obra como essa aconteça. Então, por que o Governo tem tanta certeza de que ela vai acontecer, a ponto de já investir 4 bilhões? E aí, como a gente está falando dos anseios populares, dos desejos do corumbaense, do sul-mato-grossense, o que poderia ser feito com esse dinheiro? Quantas escolas? Quantos hospitais? Quanto investimento em cultura, em educação, em cursos técnicos profissionalizantes? Então, de novo: a quem serve essa obra? E a história fica um pouco mais grave diante de um escândalo recente: a denúncia do TCU sobre o depósito de centenas de milhares de reais — feito pelo Grupo J&F, que é a holding da LHG Mining, da JBS e de outras empresas, ao filho de um parlamentar influente em Brasília. O depósito segue sob investigação. Trata-se de uma empresa recém-aberta pelo filho desse parlamentar. Por favor, procurem e se informem. A J&F alega que se trata de serviços prestados; mas nós começamos a pensar que, nessas grandes obras de infraestrutura do Brasil, o limiar entre os interesses públicos e privados fica perigosamente difuso. Afinal, temos uma obra avançando com investimentos bilionários, que vai favorecer uma empresa; e essa mesma empresa depositando centenas de milhares de reais para o filho de um parlamentar; e a população não quer que a obra aconteça. Então, começamos a nos questionar mais uma vez: a quem servem essas obras? A quem serve a hidrovía? Temos também outro problema com relação à hidrovía do rio Paraguai, que envolve a Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq). Recentemente, a agência determinou que a J&F não poderia participar da primeira etapa do leilão da hidrovía do rio Paraguai. Por quê? Porque hoje esse conglomerado é responsável pelo transporte de mais de 70% de toda a carga que utiliza a hidrovía. A Antaq apontou o risco de monopólio e de conflito de interesses. Pensem comigo: temos uma insegurança social e ambiental, temos uma insegurança jurídica, temos questionamentos seríssimos sobre a viabilidade e a sustentabilidade econômica desse projeto e temos depósitos suspeitos da empresa para o filho de um parlamentar, e esse projeto segue caminhando. Para quem? Continuemos! E a história só piora. Quanto mais mexemos nesses números, menos sentido tudo isso faz. A Stefânia traz alguns dados técnicos importantes para refletirmos. Vejo aqui a grande professora Débora Calheiros, que está nessa luta contra a hidrovía há muito tempo. Esse projeto de hidrovía aparece e desaparece diversas vezes ao longo das últimas décadas, correto, professora? Os cientistas e ambientalistas do estado já conseguiram barrar esse projeto de hidrovía algumas vezes, justamente em razão dos impactos socioambientais. Agora, ele parece voltar com mais força, e o Pantanal nunca esteve tão fragilizado. É o bioma brasileiro que mais secou. É um dos biomas que mais sofre com incêndios florestais. Estamos vendo a ministra Marina Silva, que é ambientalista, e o ministro da Agricultura, Carlos Fávaro, declararem que o Pantanal corre o risco de desaparecer. E nós vamos fazer um projeto dessa magnitude? E todos esses impactos contra a natureza — seca, incêndios, desmatamento ilegal nas cabeceiras, poluição e garimpo ilegal — acontecem

simultaneamente. Nossos estudos de impacto ambiental e nossas avaliações são feitos de forma independente, mas o bioma sofre tudo isso simultaneamente. O que fazer neste momento de sofrimento de um bioma e das populações que dependem dele? Um projeto ainda mais danoso? É isso? O momento é de precaução e de recuperação, não de geração de mais um impacto dessa magnitude. Todos esses elementos apontam para as inseguranças que mencionei, e precisamos ampliar esses espaços de conscientização e debate. Quero encerrar falando sobre o desenvolvimento da região e sobre o argumento econômico. As famílias brasileiras se preocupam com seu sustento, com a empregabilidade, com o futuro econômico e com a prosperidade da região. E como o deputado disse, o movimento ambientalista muitas vezes é acusado de criar uma dicotomia, como se fôssemos contra o desenvolvimento. Não se trata disso. Nós somos a favor do desenvolvimento sustentável. Se, para favorecer uma indústria, nós acabarmos com as outras, como, por exemplo, as do ecoturismo e da pesca, e com o bem-viver das pessoas, nós não estaremos desenvolvendo nada. No caso da hidrovía do rio Paraguai, o cenário é ainda mais interessante, porque nós já temos uma alternativa. Podemos fazer o escoamento de commodities por um modal ferroviário que já existe. Trata-se do único trilho de trem no Brasil que é tombado pelo Iphan. A memória do trem para o povo pantaneiro é tão forte que o trilho é tombado. Nós temos isso no nosso DNA. Inclusive, a música "Trem do Pantanal", que completa cinquenta anos neste ano, é parte da nossa história. O trem não atende apenas ao escoamento de commodities; ele atende à mobilidade social e ao desenvolvimento do ecoturismo. E esses trens podem ser modernizados. Muitas pessoas dizem: "Ah, mas o investimento é muito alto!". Ora, nós acabamos de gastar 4 bilhões de reais apenas com balsas e empurradores para um projeto que sequer foi aprovado. Portanto, fica evidente a questão do interesse político em mobilizar esses recursos. Quando defendemos a ferrovia em vez da hidrovía, é porque sabemos que existe uma alternativa mais sustentável, mais democrática e que atende aos anseios populares de desenvolvimento. Quero finalizar com dois pontos. O primeiro é que li recentemente uma frase muito bonita e que, na hora, me fez pensar imediatamente no Pantanal: "Nem todos os rios correm; alguns caminham, e caminham lentamente". Acredito que o Pantanal pede calma, porque é justamente o caminhar dessas águas que faz com que o bioma exista como ele é. Se acelerarmos as águas do Pantanal, cavando e eliminando os estreitos, que são os funis responsáveis pelas enchentes e pelo pulso das águas ao longo do bioma, nós vamos acabar com o Pantanal. Quero deixar essa reflexão um pouco mais poética para vocês, porque acho importante trazermos também o afeto e o senso de pertencimento. Ao longo destes dias da Semana do Meio Ambiente, conversamos com muita gente. Ouvi uma frase muito bonita da Kelen, que inclusive encontrei aqui hoje: "Nós não estamos defendendo o Pantanal; nós somos o Pantanal se defendendo!". Quero estender esse sentimento a cada um de vocês: defendam o Pantanal sabendo que estão defendendo a si mesmos. Como costume ser um pouco provocativa, vou terminar provocando o Governo Federal. Falo diretamente ao presidente Lula e aos ministérios que o representam: este Governo tem buscado se projetar globalmente como uma grande liderança climática e ambiental, mas a proposta da hidrovía vai na contramão de tudo isso. A possibilidade de destruir a maior planície tropical alagável do mundo por causa de um projeto de engenharia que a ciência já



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL SECRETARIA
JURÍDICA E LEGISLATIVA — SJL
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA E REVISÃO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA “FERROVIA SIM, HIDROVIA NÃO”
REALIZADA EM 10/06/2026**

comprovou ser inviável não condiz com o exercício dessa liderança global em território nacional. Portanto, nós temos que exigir que o Governo Federal cancele esse projeto e essa concessão, porque eles podem significar, como alertam os cientistas, o fim de todo um bioma. Também me dirijo ao Governo do Estado, ao governador Riedel e às secretarias que o representam. Quando cheguei da Bahia, lembro-me de ter ouvido que o slogan do governo era: "Fazer bem-feito para fazer dar certo". Achei incrível. Sou uma pessoa muito caprichosa e achei a frase bonita. Mas essa hidrovía não é fazer bem-feito e não vai dar certo. Apelo também aos governos subnacionais, ao Governo do Estado, e espero que os municípios também se envolvam. Vejo aqui representantes de câmaras municipais. Agradeço muito por estarem presentes hoje. Temos que pedir a todas as instâncias o cancelamento desse projeto de hidrovía. Obrigada.

DEPUTADO PEDRO KEMP - PT (proponente) — Eu vou me encarregar, Luciana, de levar essa sua mensagem para a equipe que está elaborando o programa de governo do presidente Lula, para que o projeto da hidrovía aqui no rio Paraguai seja suspenso. Acho que estamos todos muito engajados na proposta de reeleição do presidente, que, como você disse, é uma voz em defesa do meio ambiente e na questão das mudanças climáticas. Ele leva uma mensagem importante para o mundo nesse sentido, mas precisa olhar com bastante atenção para esse projeto. É importante que conste lá a suspensão desse projeto. E o que você disse me tocou bastante: muitos rios correm, mas alguns caminham. Basta a gente olhar aqui pela janela e ver um rio caminhando lentamente. Eu acho que é por esse rio, e também por tudo o que ele representa. Estou vendo aqui o vereador Elias Ishy, da cidade de Dourados, participando desta audiência. Agradeço a presença, Elias, muito obrigado. Eu não sei se há outros vereadores aqui. Chicão? Cadê o Chicão? Agradeço muito a sua presença aqui. Jorge Jeremias está aqui? Ah, está. Muito obrigado também pela presença. Ele é da Universidade Federal. Agora nós vamos ouvir a Luany Mônaco, que é comunicadora socioambiental, pantaneira, jornalista e produtora cultural. Ela tem até um fã-clube aqui, não é?

SENHORA LUANY MÔNACO (jornalista comunitária e produtora cultural) — Boa tarde a todos e a todas! Eu vou me sentar. Posso?... Bom, primeiramente, eu gostaria de agradecer imensamente a presença de cada um de vocês. É muito emocionante olhar para este auditório e ver essas cadeiras cheias de gente como a gente. Gente que sabe o que estamos fazendo, que sabe o que vivemos, que entende a nossa realidade. Gente pantaneira e gente não pantaneira — porque eu sei que os não pantaneiros são muito bem recebidos aqui, na verdade. A gente tem que saber se defender, tem que saber se cuidar, tem que saber se amar. E amar o Pantanal é isso, é amar a nós mesmos. Então, eu fico muito feliz, lisonjeada, de ter toda essa galera aqui junto comigo, junto conosco, nesse movimento ambientalista, artístico e cultural, que movimenta muita gente, que movimenta muito dinheiro também, que movimenta muito a cidade e que pode trazer muitos benefícios não só para mim, não só para o cacique Negré, mas para todo mundo que está dentro e fora da cidade. Então, vamos participar. Eu estou muito feliz por vocês estarem aqui. Muito obrigada pela presença de todos. Eu trouxe um texto que fiz antes e vou dividir com vocês.

Depois, a gente faz uma reflexão. Em março, quando fui à COP15, em Campo Grande, sozinha, com a ajuda dos meus pais, na cara e na coragem, ficando na casa de amigos e me alimentando apenas do básico, eu não tinha ideia de que aquele seria o começo de tudo isso. E foi justamente para saber o que estava acontecendo e o que se dizia sobre o Pantanal fora do Pantanal que eu fui para lá. Lá eu encontrei pessoas que estão no mesmo caminho que o meu, acompanhando absurdos disfarçados de progresso e o padecimento de várias comunidades, inclusive da minha. O Grito de Socorro do Rio Paraguai colocou sobre a mesa as cartas de um jogo bastante antigo, que vem desde a década de 1980, não é, professora? Um modelo de superexploração como base do desenvolvimento de dois municípios. Aqui a gente está falando de Corumbá e de Ladário também. Uma história que já não cola mais. A gente já está enjoado de tudo isso que está acontecendo por aqui. Estamos sofrendo de diferentes maneiras, e ficar em silêncio é assinar a nossa própria sentença de morte. Por isso, precisamos nos defender. É poeira de minério. É barulho e buzina de caminhão vinte e quatro horas por dia. É casa suja o tempo todo. É roupa empoeirada no varal. São alimentos e água contaminados. São cozinhas de escolas sem condições de uso, onde as crianças, inclusive, precisam ser liberadas antes do término das aulas porque não conseguem se alimentar, já que a cozinha está tomada pelo pó do minério. São doenças respiratórias e de pele, depressão. E, agora, eles vêm com mais essa: transformar o rio Paraguai em uma grande rodovia. Onde já se viu? São muitos problemas gerados por uma mesma causa. E a nossa união agora é uma questão de sobrevivência. Não precisamos de barcas navegando no rio Paraguai todos os dias do ano. A gente exige respeito aos pantaneiros e às pantaneiras que aqui vivem, cuidam e dependem deste bioma. A gente quer solução, a gente quer qualidade de vida. E é por isso que a gente está se unindo. Há pessoas falando de termos técnicos, falando sobre o que está acontecendo juridicamente, politicamente. E é a gente erguendo a nossa voz para lembrar que não é só um, não são só dois, não são só três, é uma comunidade inteira. No nosso caso, duas cidades que estão sofrendo as consequências da superexploração do minério. Gente, as hidrovias já são coisa do passado, não são? A gente tem a nossa hidrovia aqui há muito tempo. Ela não opera no período de seca, porque, quando o rio Paraguai seca, fica muito baixo. E não faria sentido que operasse nesse período. Se a gente, que é pantaneiro, que vive aqui no Pantanal há gerações, sabe respeitar esse bioma, por que a pessoa que vem aqui para explorar a nossa terra, para levar a riqueza que sai daqui e não fica nada nem para ajudar na escola, na cultura ou na comunidade, por que essa pessoa não vai fazer o mesmo que a gente? Então, eu acho que é uma questão de humanidade, de cidadania, agir. A gente tem que se ver, no dia de hoje, no dia de ontem, anteontem, no dia de amanhã, forte. A gente tem que se ver fortalecido. Jovens, a gente precisa da gente. E eu estou muito feliz com esse movimento de jovens mulheres poderosas que estão transformando este município. Quando eu fui com a Maria às feiras da cidade para distribuir panfletos, convidando as pessoas para participarem da audiência pública, elas me disseram: "Parabéns! Que legal! Que massa que você está fazendo isso! Corumbá está precisando!". Mas por que ninguém vai lá e faz? Se cabe a nós, façamos. E eu confio em vocês. Nós confiamos em nós mesmos. Precisamos de tudo isso. Esta é a segunda audiência pública. Já houve várias audiências públicas da LHG Mining aqui, inclusive neste espaço, em que

as pessoas eram proibidas de falar, eram caladas, não conseguiam usar a sua voz. E isso já aconteceu comigo, quando, certa vez, eu estava falando e desligaram o meu microfone. Então, gente, estamos aqui em uma audiência pública para sermos ouvidos. Que participemos de várias outras. Isso nos constrói como cidadãos e como sociedade. Mulheres, acreditem no poder de vocês. Este auditório está composto majoritariamente por mulheres. Inclusive, esta Mesa é majoritariamente formada por mulheres. Temos que acreditar em nós, na nossa força, no nosso poder de organização. Sábado tem o "Abraço no Rio Paraguai". A gente vai fazer uma mobilização ali na Orla. E eu espero vocês para mostrarmos ao mundo — ao mundo! Não é para o Brasil, não é para o estado, não é para Corumbá, é para o mundo — que o Pantanal está se defendendo, que nós estamos vivos, que nós queremos viver. Então, eu conto com a ajuda de todos vocês. Muito obrigada.

DEPUTADO PEDRO KEMP - PT (proponente) — Agora eu entendi o porquê da torcida. Muito bom. Parabéns! Agora vamos ouvir a Tassiane, que está aqui representando a senadora Soraya Thronicke, apoiadora desta nossa audiência pública.

SENHORA TASSIANE PEREIRA (diretora do Coletivo Elas Podem) — Depois desse discurso, não sei se vou conseguir falar... Bom, mas eu quero, primeiro, agradecer, em nome da senadora, o convite para participar desta audiência pública. Espaços como este são muito importantes para o fortalecimento da democracia. Então, com ações dessa natureza, vamos permitir que a população, que será afetada por essas mudanças, possa participar, possa falar e possa ser ouvida. É isso que faz sentido na política. Quero cumprimentar também as organizações da sociedade civil que estão aqui. Quero, particularmente, agradecer à Luciana, que tem articulado as coisas, de forma muito coletiva, a muitas mãos. Ela não faz nada disso sozinha; ela tem sido uma voz muito importante na mobilização em defesa do Pantanal, não só aqui no nosso estado, mas no mundo todo. Quero também agradecer ao meu amigo Bruno — acho que ele não veio — também pelo apoio que sempre nos dá, como a Luciana disse. E, por fim, claro, de modo muito especial, quero agradecer ao deputado Pedro Kemp pelo empenho na defesa do Pantanal, por estar sempre presente e, principalmente, por propor esta audiência pública aqui em Corumbá, porque, muitas vezes, os parlamentares ficam focados em Campo Grande, na Assembleia Legislativa, nos seus nichos, e se esquecem dos locais em que as coisas acontecem. Eu estou aqui representando a senadora, e esta é uma baita responsabilidade, porque ela sempre defendeu o desenvolvimento e as melhorias na infraestrutura do nosso estado. Mas eu acredito que a definição acerca da execução de obras como uma hidrovia ou uma ferrovia, primeiro deve passar por esse processo que está acontecendo agora, que é um debate transparente, embasado na ciência, ouvindo as pessoas e, principalmente, ouvindo quem será impactado pelas mudanças que acontecerão no local. Então, o mandato da senadora não vem trazer conclusões; pelo contrário, vem ouvir e entender as questões que estão sendo trazidas. Como a Luany disse, ela estava na rua comentando sobre a hidrovia, e as pessoas aqui não sabem o que está acontecendo. Elas não sabem que está em andamento um projeto bilionário sobre uma hidrovia que pode causar diversos impactos ambientais. Então, garantir esse debate, essas escutas ativas da população, das

comunidades indígenas, das comunidades ribeirinhas, dos pescadores e, principalmente, das mulheres, que são a maioria aqui, é fundamental. Aliás, poderia haver muito mais mulheres aqui hoje. O comprometimento da senadora é com o desenvolvimento, sim, mas com o desenvolvimento sustentável, com responsabilidade ambiental, social e econômica. Ela está sempre do lado da população. Muito obrigada a todos.

DEPUTADO PEDRO KEMP - PT (proponente) — Obrigado. Leve à senadora Soraya a nossa mensagem, para que ela se comprometa conosco neste movimento, junto com a deputada Camila Jara, com o deputado Vander Loubet e com a bancada federal. A discussão desse projeto é muito importante. Vamos fazer o assunto chegar também aos outros deputados federais e senadores. Bem, agora vamos ouvir os representantes da comunidade indígena. Quero, inclusive, registrar a presença da nossa querida Dalva Guató. Vamos ouvir os descendentes dos povos originários desta terra. Passo a palavra ao senhor Anísio.

SENHOR ANÍSIO GUATÓ — Boa tarde! [Frases ditas na língua guató]. Nossos parentes estão aqui e, quando falamos entre nós, nós nos entendemos. Essa, Pedro Kemp, é a língua do meu povo. Não há como falar de um território-mãe, que tem 8.400 anos, sem saber que, antes da chegada dos ditos descobridores, em 1500, nós já estávamos aqui. A gente até tem uma rixa, digamos assim, no futebol, com o doutor Jorge Eremites. Não é, doutor? Ele fala que o Vasco da Gama errou o Caminho das Índias, e nós temos um parente que torce para o Vasco da Gama. Mas tudo bem, isso é algo interno nosso; a gente resolve lá na beira do rio, comendo capivara e pacu. E sabemos que o Flamengo não é essa potência toda [risos]. Mas, enfim, aqui em Corumbá é basicamente isso. Agora, na condição em que estou, eu prefiro, Pedro, que nós não sejamos chamados de remanescentes, porque, há um tempo, eu me orgulhava da palavra "remanescente". Depois fui ver que a palavra "remanescente" significa resto... E nós também não somos descendentes. Aí eu aprendi algo com aquele meu parente ali. Nós estávamos aqui em um debate muito acalorado, e esse parente olhou para mim, olhou para todos os parentes que estavam aqui, para toda a população de Corumbá, e disse o seguinte: "Eu vou fazer uma pergunta aqui." Faça a pergunta.

PARTÍCIPE (parente do senhor Anísio Guató) — Há muitas pessoas que, quando perguntadas se são indígenas, respondem: "Meus pais eram indígenas". E quando alguém pergunta: "E vocês?". Elas ficam meio assim... Tudo isso acontece por conta da repressão do passado. Os fazendeiros queriam escravizar os indígenas, falavam que indígena não precisava de dinheiro. Então, as pessoas passaram a dizer que não eram indígenas para sobreviver. É por isso que muitos guató se espalharam por aí. Houve até quem dissesse que o povo guató tinha sido extinto. Foi por isso que eu disse: filhote de onça não pode ser capivara; e filho de guató é guató.

SENHOR ANÍSIO GUATÓ — Desculpem-me pela emoção. A dona Dalva fala que eu sou mesmo sobrinho do meu tio e que, como ele, estou virando manteiga. Ela

costuma dizer que meu tio é uma manteiga. Ele é esposo dela, então ela tem autoridade para falar dele. Meu tio é cacique, e agora ela também é. O Severo voltou com ela e com as famílias para a terra. E eu vou dizer uma coisa para vocês: eu tenho orgulho de expor esta camiseta, que tem a imagem de uma locomotiva, deputado Kemp. Você me conheceu na época da ferrovia, e eu fui maquinista ferroviário. Todavia, mais do que ter esse orgulho, outro dia eu chorei e mostrei para a dona Dalva — não é, dona Dalva? — uma foto. Eu fiz uma canoinha toda errada, mas, para mim, foi a maior felicidade. Aos 60 anos, após ter sobrevivido a um AVC, com três neurocirurgias e a retirada de parte da calota craniana, eu consegui fazer uma canoinha. Porque eu pensei o seguinte: será que, se o território onde minha mãe e meu pai viveram tivesse sido reconhecido, e se nós não tivéssemos tido que negar quem éramos para não sofrermos ameaças de morte, será que hoje eu não estaria construindo e discutindo isso até mesmo nos centros científicos sobre tecnologia de ponta, de navegação, em todos os rios? A canoa que a gente constrói é feita de um pau só. Então, não foi a nossa canoa de um pau só que devastou o Pantanal. Não foram as nossas canoas que devastaram a Amazônia. Não é o nosso modo de vida que destrói a nossa Mãe Terra. Nós somos filhos de Guadakan. E, como filhos de Guadakan, do território-mãe, do Pantanal, eu quero dizer que, Chicão, nunca mais posso deixar de usar o cocar, porque tenho a certeza de que, antes do Brasil da Coroa, já existiam os povos milenares do cocar. O meu povo usou cocar no passado, e hoje nós temos a autorização de todos eles para usarmos também. E a bancada do cocar está no Congresso Nacional, no Parlamento dos Povos, no Tribunal de Haia, na Cúpula dos Povos Andinos, que reconhece todos os cocares do mundo todo. Eu quero dizer que não tive a oportunidade de aprender a fazer a canoa e a navegar nela. Mas o meu conhecimento ancestral me possibilitou ir à escola de vocês e aprender muita coisa. Apenas com o ensino médio, consegui pilotar uma locomotiva. Fui maquinista ferroviário. Pilotei o Trem do Pantanal. E não quero ter apenas o saudosismo de ter pilotado um trem, quero garantir aos meus netos, às futuras gerações o direito de também pilotarem um trem, se quiserem. Hoje, em civilizações como a China e o Japão, há trens que andam a 600 km/h. Mudou muita coisa. Mas eu quero também que a gente tenha o direito de, ao descer na beira do rio e alguém achar que aquilo é só uma canoinha, poder dizer: "Não. Aquilo é um território da nossa ancestralidade de 8.400 anos." A navegação já existia. Sempre existiu. Bom, agora vamos para a questão da ferrovia. Deputado Pedro Kemp, eu tenho uma proposta, um documento. Acho que ele contempla os sentimentos aqui externados. A meu ver, daqui deve sair uma comissão para que nós, juntos, possamos ir a Brasília, antes do início do período eleitoral, e protocolar esse documento no Palácio do Planalto, no Ministério dos Povos Indígenas, no Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima e no Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação. Porque, como disse a Luany, foi-lhe retirado o direito de fala. E eu a admiro ainda mais, menina, por conta disso. Ano passado, eu liguei para a Antaq para saber se as parcerias poderiam trazer os povos da região. E quero dizer o seguinte: nós somos povos; não somos comunidade ribeirinha. Não tenho nada contra as comunidades que chegaram depois e se tornaram comunidades tradicionais. Mas é porque povo é pertencimento. Comunidade, por alguma razão, em algum momento, pode ser realocada. Nós não deixaremos que destruam a nossa Mãe Terra, como estão fazendo, inclusive, com as águas. Lembramos que ele, em

1998, estive em Corumbá, e tivemos a honra de contar com a participação dele na defesa da ferrovia na Esplanada da Noroeste do Brasil. Naquele momento, fazia dois anos que a ferrovia vinha sendo desmontada pelos americanos. Você lembra, Kemp? Acho que você estava junto. O Zeca e o Manoel Vítório levaram um dossiê mostrando o que estava acontecendo com a ferrovia. E quero dizer mais uma coisa: antes de destruírem a ferrovia, já haviam destruído, por meio da privatização, o Serviço de Navegação da Bacia do Paraguai. Nós não somos contra o desenvolvimento nem contra qualquer outro tipo de transformação. Embora possam dizer que o privatismo pode trazer solução ou que parcerias público-privadas podem funcionar, nós dizemos o seguinte: aqui em Corumbá, se temos alguma experiência nessa área, ficamos com aquele velho ditado das nossas avós, das nossas ancestralidades: "Gato escaldado tem medo de água fria." E nós não queremos entrar em nenhuma fria novamente com privatizações. Privatizou-se o Serviço de Navegação da Bacia do Prata, e ele foi destruído. Privatizou-se a ferrovia, e ela foi destruída. Agora, privatizar o rio Paraguai não é privatizar equipamentos, é privatizar a vida, é destruir vidas. Nós não queremos isso. Então, queremos dizer ao presidente Lula, de forma bem simples — depois eu passo o documento completo, e vamos constituir essa comissão —, que defendemos o encerramento da atual concessão ferroviária, para que haja um novo processo de licitação, se for necessário, porque acreditamos que ela deve ser reestatizada. Dar dinheiro novamente para norte-americanos, ou para qualquer outro grupo vir aqui, fazer de conta que vai ajudar e depois destruir, nós não podemos mais aceitar. Acabaram de falar aqui em milhões — ou melhor, em bilhões — que estão circulando de maneira escusa, escondida. E nós nem sabemos contar isso. E nem queremos, porque, talvez, se soubéssemos contar, poderíamos nos tornar gananciosos como a civilização que chegou. Nós precisamos dialogar com todas as partes do mundo. Mas não precisamos matar a nossa mãe, nem os nossos filhos, nem comprometer o futuro das próximas gerações. Então, nós defendemos a revogação imediata, a reestatização e a formação de uma comissão de anistia para todos os demitidos da ferrovia; porque houve perseguição política. Tudo começou com aquele discurso de caça aos marajás. E marajá mesmo não caiu nenhum. Só era demitido quem trabalhava nas oficinas, quem consertava locomotivas e vagões. Depois, com a privatização, veio a destruição, inclusive da indústria nacional, da capacidade técnica e da engenharia. Quero anunciar que tenho aqui um irmão, um amigo, o Catulo Marques. Catulo, você está bem aí? Porque, tempos atrás, ele passou por um problema de saúde, mas agora está se tratando. Ele tem experiência em ferrovias e multimodalidades de transporte aquaviário, além da interface com outros modais de transporte. Conhece também a área de dutos. Ele também foi demitido, assim como eu. Certo? Precisa haver uma reparação histórica. Para que o Brasil produza commodities para o mundo, não pode haver uma gota a mais de sangue derramado dos nossos parentes em nenhum território da mãe originária. Estou falando de: Guarani-Kaiowá, Terena, Ofaié, Atikum, Kinikinau, Camba, Kadiwéu. E também temos tantas outras etnias. Esses dias eu estava fazendo um levantamento. O Ministério da Educação já apontava 305 povos e 280 línguas maternas. Na transmissão do cargo da ministra Sônia Guajajara para o novo ministro, nosso parente aqui de Mato Grosso do Sul — um técnico altamente qualificado, que saiu da aldeia, fez faculdade e conseguiu levar a voz das nossas lideranças e

ancestralidades até o Tribunal de Haia —, foi informado que novos povos estão sendo identificados. Esses povos estão se autodeclarando, sendo registrados e reconhecidos por meio de estudos antropológicos. Hoje, segundo as informações apresentadas naquele momento, estamos chegando a quase 400 etnias identificadas. Temos aproximadamente 300 línguas maternas. Então, nós não somos descendentes. Nós não somos remanescentes, porque não somos o resto. Antes eu dizia assim: "Nós somos o povo que sobrou". Eu mesmo dizia isso. Hoje eu digo: Não. Hoje nós somos a resistência neste país. E, em qualquer política de desenvolvimento, não queiram nos colocar no brete para nos dizer que temos que nos contentar com políticas de subsistência. Porque nós não queremos isso. Nós queremos soberania alimentar, demarcação dos nossos territórios e respeito à nossa vida. Porque da nossa vida dependem a Mãe Terra, a água, o ar, o solo sagrado e as montanhas de que toda a humanidade necessita.

DEPUTADO PEDRO KEMP - PT (proponente) — Obrigado, Anísio. Para encerrar a participação da Mesa, vamos ouvir o cacique Negré.

SENHOR CACIQUE NEGRÉ (liderança indígena Guató de São Lourenço) — Boa tarde! Boa noite! [Frases ditas em língua guató]. Como vocês estão? Vocês estão bem? Eu estou bem. Estamos bem. Mas estou cansado, depois de uma viagem de 210 quilômetros. O meu território fica na Barra de São Lourenço, próximo ao Parque Nacional do Pantanal e à Serra do Amolar. Nós viajamos praticamente o dia todo para podermos participar desta audiência pública. Agradeço o convite. Fizemos o maior esforço possível para estar aqui, porque precisamos nos defender. Como ele disse, nós somos do Pantanal e estamos nos defendendo. Sabemos que o Pantanal, ultimamente, tem enfrentado uma grande estiagem, seca e incêndios. E isso tem causado muitos danos a ele. Esses grandes incêndios têm queimado árvores de 20, 30 e até 100 anos. Para nascer outra e chegar a esse porte, demora muito tempo. Os nossos rios não são mais como antigamente, quando havia o ciclo das enchentes. Eu me lembro de uma vez em que viemos aqui a Corumbá, e na ocasião a água estava próxima ao porto. Agora, vemos a água quase 50 metros lá embaixo. Ouvir falar da dragagem do rio Paraguai me preocupa muito, sinceramente. Essa noite, eu não consegui dormir. Ficava pensando: eu preciso estar lá, eu preciso ir, eu preciso falar, eu preciso ouvir. Porque o nosso Pantanal passa por um momento delicado, e ainda se fala em dragagem. Os nossos corixos e as nossas baías vão morrer. Existem peixes que são dos rios e existem peixes que são dos corixos e das baías. Existem aves que ficam nas margens das baías e dos corixos; elas não ficam nas margens dos rios. Então, dragar o rio Paraguai é matar essa biodiversidade do Pantanal. O Pantanal é rico, rico em biodiversidade, e isso precisa ser preservado. Como podemos pensar em dragar um rio para que ele tenha mais profundidade e a água corra com mais força? E os seus filhos? E os corixos, as baías, os animais e os peixes que vivem nesses locais e não saem para o rio? Eles são típicos dos corixos e das baías. Portanto, falar em dragar o rio Paraguai é o mesmo que falar em matar o povo guató. E o povo guató é um povo canoeiro, como disse o Anísio. A canoa é um símbolo do nosso povo, é o nosso meio de transporte, e hoje a gente já não encontra mais árvores para fazer canoa, porque os incêndios destruíram tudo. Os

nossos antepassados pegavam uma árvore, uma ximbuva, um cambará, faziam uma canoa e plantavam outra ali naquele local, para que a próxima geração pudesse ter aquela árvore para construir a sua canoa. Então, o povo guató é um grande preservador do Pantanal. Ele tira o seu sustento, mas, ao mesmo tempo, refloresta o Pantanal. Em 2024, eu plantei mais ou menos vinte árvores na nossa aldeia; e, de lá para cá, eu comecei a ver aquilo tudo ser queimado. Talvez, para alguns, não signifique nada, mas, para mim, que sou do povo originário, da floresta, aquilo significa perda e dor. Em 2020, eu combati o incêndio com um pano amarrado no rosto. Fiquei mal durante sete dias; achei que ia morrer. Mas, de qualquer forma, eu daria a vida em defesa do Pantanal. Então, essa questão da dragagem do rio Paraguai tem tirado o nosso sono, tem nos perturbado. E, por conta dos incêndios e da seca, uma grande quantidade de aves migrou para outras regiões. Hoje a gente estava conversando ali no cantinho sobre os incêndios. De vez em quando, surgem incêndios, e muitos dizem que eles foram provocados por raio. E eu nunca vi cair raio com o tempo limpo. Alguém já viu isso? Então, esse tipo de incêndio é criminoso, é criminoso. Geralmente, quem vai lá fica uma semana e volta. Eu passo trezentos e sessenta dias dentro do Pantanal. Logo, eu posso falar porque nasci e cresci dentro do Pantanal. Ultimamente, está havendo incêndios como nunca houve. A gente precisa cuidar do Pantanal, do que ainda resta dele, porque não há mais cheias como havia antes. Quando entrou o mês de junho, eu comentei na minha aldeia: isso já me preocupa, porque daqui a pouco começa a estiagem, e a gente sabe que, este ano, podemos nos preparar para os incêndios. Então, vamos pensar muito bem sobre essa questão da hidrovia, da dragagem, porque o nosso bioma, o nosso Pantanal, é muito rico. Portanto, precisamos preservar essa biodiversidade, para que a nossa próxima geração possa ver um pouco dessa beleza do nosso Pantanal. Eu estava analisando ali no painel a hidrovia em vermelho e a ferrovia em verde, e pensando: é preciso barrar esse projeto, porque ele vai causar a morte do nosso Pantanal. Como disseram aqui, a navegação sempre existiu. Agora, mexer na natureza... Eu digo porque conheço lugares em que mexeram na nascente, e ela secou. A meu ver, o ser humano precisa pensar bem antes de aprovar um projeto como este. É preciso pensar na população também. As pessoas não podem só pensar no bolso, no que pode ganhar. É preciso pensar no povo que necessita daquela região para coletar fibra de aguapé, madeira e palha. As pessoas não podem pensar só no próprio umbigo; é preciso pensar no coletivo. Vamos pensar no Pantanal. E vamos pensar no povo ribeirinho também, que necessita de coletar isca. Eles vão à baía. Alguém aqui já viu tuvira nascer no rio? Tuvira vive em baía, em corixo. Secar as baías e os corixos, fazendo a hidrovia, é o mesmo que expulsar aquelas pessoas que vivem disso. Por exemplo, em 2024, a gente teve que se deslocar até a região do território da dona Dalva para coletar fibra de aguapé, porque na região da Barra do São Lourenço, não tinha mais. Isso é preocupante. Aprovar esse projeto é decretar a morte do nosso Pantanal. Há muitas pessoas que lutam por esse bioma e querem vê-lo vivo, com as águas correndo. Eu estava me lembrando do canto da dona Dalva, que diz: "Kira, kira, magungu dakã. Vamos, vamos, água do Pantanal. Kira, kira, kira, magungu adakã. Kira, kira, kira, magum guatacam. Magum, magum. Magum guatacam. Magum, magum. Magum guatacam. Eu ouvi o rio falar: é para a vida que ele quer passar. Eu ouvi o rio falar: é para a vida que ele quer passar. Eu ouvi a terra dizer: para o povo ela floresce. Eu ouvi a terra



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL SECRETARIA
JURÍDICA E LEGISLATIVA — SJL
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA E REVISÃO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA “FERROVIA SIM, HIDROVIA NÃO”
REALIZADA EM 10/06/2026**

dizer: para o povo ela floresce. Gokô Areiro de Togogô." Muito obrigado. Nossas vidas são os rios. Nossas vidas são os rios.

DEPUTADO PEDRO KEMP - PT (proponente) — Muito obrigado, cacique. Nada melhor do que ouvir quem é filho do Pantanal. Quem nasceu nestas terras conhece os rios, conhece a dinâmica da vida no Pantanal. Muito importante essa fala. Eu quero lhe agradecer, cacique, pelo esforço que fez para chegar até aqui. Sem a sua participação, esta Mesa não estaria completa, este debate não estaria completo. Bem, agora eu vou passar a palavra à Andressa, que vai coordenar as falas das pessoas que quiserem participar deste debate.

MESTRE DE CERIMÔNIA (Andressa Fraga Cotta) — Vocês me escutam? Gente, eu chorei e me emocionei várias vezes aqui. Estou me segurando para não chorar de novo. Eu sou bióloga, trabalho com conservação da natureza. A gente já viveu muitos cenários trágicos no Pantanal, no Cerrado e em outros biomas do Brasil. Mas acho que o que aconteceu aqui hoje, o que está acontecendo desde o dia 3 de junho, desde o dia em que a gente chegou aqui em Corumbá para a programação desta audiência, revela uma força política em nossa narrativa. A gente sabe que, no dia 11 de junho, ocorrerá uma audiência pública da LHG Mining. Mas isso que está acontecendo hoje é uma mudança no tecido social. A gente está se unindo e percebendo que existe uma voz que ecoa, quando a gente é guiado por uma pauta em comum. Então, eu estou muito agradecida, muito honrada de fazer parte deste projeto, deste grande caminhar. Antes de abrir para as falas — porque a importância aqui está no nosso diálogo popular —, quero dizer que o deputado Júlio Campos não pôde abrir a chamada, mas deixou um recado para mim, uma mensagem. O senhor quer lê-la? Eu posso ler? Eu vou ler do meu celular. O deputado diz: "Olá! Boa tarde a todos! Estamos neste 5 de junho, Dia Mundial do Meio Ambiente, para debatermos alguns aspectos do futuro do rio Paraguai. Esse caminho das águas em Mato Grosso existe desde tempos imemoriais e, em 1525, trouxe ao coração do Brasil os primeiros europeus. Por anos, navegar pelo rio Paraguai foi a forma mais eficaz de comunicação de Mato Grosso com os grandes centros urbanos, principalmente. Eu me recordo dos vapores que partiam do porto, na capital, e levavam comerciantes e viajantes pelas águas dos rios Cuiabá e Paraguai. Essas embarcações circularam até meados da década de 1960, quando foi concluído o trecho da BR-364 que ligava Goiás a Mato Grosso. Antes disso, o caminho para os estudantes, comerciantes e qualquer mato-grossense se conectar ao restante do país era pelas águas do Pantanal. Eles demoravam semanas para fazer essa viagem, e muitos estudantes só retornavam para ver suas famílias quando finalizavam o curso. Todos os produtos que chegavam à capital e a cidades como Corumbá, Cáceres, Poconé e Cuiabá vinham por via fluvial. Tal como muitos que aqui estão, eu defendo a navegação pelo rio Paraguai, pois ela sempre existiu e é fundamental. Mas precisamos debater como fazer isso acontecer sem causar degradação ambiental ao Pantanal. Eu, como homem do Pantanal, sei mais do que ninguém a fragilidade e a potência dessa paisagem em mosaico, de um local que depende diretamente da saúde do rio Paraguai. Também percebo que os rios estão cada vez mais rasos, assoreados e sem peixes. Não se pesca mais como antes.



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL SECRETARIA
JURÍDICA E LEGISLATIVA — SJL
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA E REVISÃO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA “FERROVIA SIM, HIDROVIA NÃO”
REALIZADA EM 10/06/2026**

Neste ano, defendemos aqui, na Assembleia Legislativa de Mato Grosso, a inclusão do rio Paraguai como patrimônio natural do estado. O foco principal dessa proposta foi defender o Pantanal, pois sem rio não há vida. O meu Projeto de Lei nº 1.572 sofreu vetos do governador, mas foi apoiado pelos colegas parlamentares e segue em tramitação para declarar o rio Paraguai patrimônio natural, histórico, cultural, paisagístico e ecológico do Estado de Mato Grosso. Gostaria de chamar a atenção para algumas questões. Queria propor a necessidade de incluirmos, nos debates, temas como o desmatamento e a proteção das nascentes do rio Paraguai, bem como a necessidade de investimento em outras vias de escoamento da produção, principalmente na região de Cáceres, com um complemento, que pode ser um apoio ao pleno funcionamento logístico a partir da reativação da malha ferroviária. Os rios do Pantanal estão agonizando em meio a bancos de areia. Mesmo nas cheias, não se navega como antes. Se o piloto não for experiente, é perigoso cruzar qualquer rio do bioma. Como legislador e ex-governador, eu gostaria muito de ver o rio Paraguai servindo plenamente como caminho de desenvolvimento. A população da Baixada Cuiabana e do Pantanal mato-grossense é a que mais sofre, e é justo e esperado que essas pessoas tenham mais oportunidades. Porém, isso precisa ser feito com responsabilidade, garantindo o turismo e a segurança da população tradicional. O Pantanal mato-grossense é patrimônio nacional, e sua utilização deve ser feita na forma da lei, dentro de condições que assegurem a preservação do meio ambiente, inclusive quanto ao uso dos recursos naturais. Muito obrigado." Bom, gente, agora a gente vai fazer essa dinâmica da seguinte maneira: vocês levantam a mão se quiserem fazer um comentário associado às suas questões e demandas. As meninas, Vitória e Kelen, vão estar ao lado para auxiliar. O vereador vai falar primeiro. Eu peço que vocês se identifiquem e se aproximem, porque o pessoal da Casa vai filmar... Pois não, deputado.

DEPUTADO PEDRO KEMP - PT (proponente) — Antes de o vereador falar, quero agradecer a presença dos funcionários da TV Assembleia, que estão transmitindo esta audiência pública, a qual será gravada e depois retransmitida outras vezes durante a semana.

SENHOR LUÍS FRANCISCO (vereador de Corumbá) — Boa noite, deputado! Quero cumprimentar, em seu nome, a Mesa e o nosso amigo Anísio Guató, que me citou. Quero cumprimentar todos os presentes e a população corumbaense. Eu gostaria de dizer que participei, deputado, de todas as audiências públicas relacionadas ao rio Paraguai, ao desenvolvimento. Só não estive na de Campo Grande, porque, no mesmo dia, fiz uma cirurgia no pé. Mas meu assessor participou. Estive na Antaq, em audiências públicas; estive aqui em audiências públicas da LHG; e estive em audiências públicas do Imasul. E vejo que a maioria das decisões, infelizmente, é tomada por pessoas que não são corumbaenses. Os agentes políticos de Corumbá, que deveriam estar aqui, não estão; eu não vejo nenhum. Nós temos um deputado campo-grandense, que diz ser da região, e ele também não está aqui. Mas eu sempre vou estar lutando e buscando o melhor para Corumbá. Eu sou a favor da ferrovia, mas também sou a favor da hidrovia. Sou a favor do desenvolvimento, desde que ele seja sustentável. E sempre busco informações. Todas as



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL SECRETARIA
JURÍDICA E LEGISLATIVA — SJL
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA E REVISÃO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA “FERROVIA SIM, HIDROVIA NÃO”
REALIZADA EM 10/06/2026**

vezes que há audiência pública ou qualquer discussão sobre o tema, eu, pela Câmara, faço requerimentos para buscar esclarecimentos. O que eu vi a respeito da hidrovia — e não vim aqui para defender a hidrovia, a privatização nem nada disso; eu acredito que, em toda divergência, é fundamental buscar a convergência — é que a dragagem, segundo dizem, consiste em remover parte da areia, por exemplo, do lado direito para colocá-la à esquerda, buscando um calado um pouco maior. Foi isso que eu ouvi, até onde acompanhei, em todas as audiências públicas. Acredito que isso não vá prejudicar tanto o nosso rio, que ele não vá correr de forma tão diferente quanto nós estamos imaginando. Isso também me preocupa. E, quando se fala em desenvolvimento, qual é a minha preocupação, senhoras e senhores? Se uma empresa dessas que está aqui em Corumbá for embora, nós vamos perder cinco mil empregos diretos e indiretos. Para onde vão essas pessoas? Essa é a ginástica que nós temos que fazer. Do que elas vão se alimentar? Do que elas vão viver? Quem vai pagar essa conta? Por que estou levantando essa questão? Porque, se a gente não pensar assim... Eu sou corumbaense e sou apaixonado por Corumbá. Corumbá chegou a ser uma das maiores potências econômicas de Mato Grosso do Sul. Foi a segunda maior cidade do estado. Perdemos para Dourados, para Três Lagoas e, agora, estamos perdendo para Ponta Porã. Hoje estamos em quinto lugar. E, se acontecer isso, se perdermos mais pessoas e mais empregos, não sei onde nós vamos parar. Essa é a preocupação que tenho. Então, eu quero saber onde vamos buscar a convergência. Eu me preocupo muito com o rio Paraguai e com o Pantanal. Contudo, precisamos ter cautela. Vamos tentar participar também da próxima audiência pública, que acontecerá no dia 10 ou 11, salvo engano. Não me lembro exatamente, porque estou um pouco emocionado e abalado. Vou fazer uma confissão para vocês. Eu até pedi para falar antes. Agradeço ao Cerimonial. Hoje é a missa de sétimo dia do meu pai, e eu estou um pouco confuso. Mas eu tenho que ir para lá. Bom, eu repito: Corumbá não pode perder também a oportunidade do desenvolvimento. A hidrovia tem que acontecer, porque Corumbá foi construída por conta da hidrovia. Quero destacar que o Pantanal é sazonal. Ou seja, ele tem o ciclo da cheia e tem o ciclo da seca. A década de 1960, deputado, foi muito seca; aquela foi a maior seca que já ocorreu no Pantanal. Não é, cacique? E não navegável. Dez anos sem navegação. Eu acredito que o ciclo da cheia vai voltar, e, talvez, nem vamos precisar ficar quebrando a cabeça tanto assim. [Falas no auditório, fora do microfone]. Há dados científicos dizendo que o rio Mississipi foi dragado dessa mesma maneira, e não secou... Não estou defendendo a empresa nem nada, eu estou falando do que pesquisei. [Falas no auditório]. Dados científicos também dizem que o rio Tietê foi dragado... [Manifestações contrárias no auditório, fora do microfone]. Gente, é a audiência pública, nós estamos conversando... Eu estou falando o que eu vi; não estou dizendo que não há o que fazer agora... Então, está bom. Se nós perdemos cinco mil empregos, quem vai pagar a conta são vocês? São vocês? Vamos deixar de ser românticos, pessoal. Nós estamos andando pra trás...

MESTRE DE CERIMÔNIA (Andressa Fraga Cotta) — Deputado...



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL SECRETARIA
JURÍDICA E LEGISLATIVA — SJL
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA E REVISÃO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA “FERROVIA SIM, HIDROVIA NÃO”
REALIZADA EM 10/06/2026

DEPUTADO PEDRO KEMP - PT (proponente) — Vamos ouvir o vereador. Depois, quem quiser se contrapor pode se inscrever e falar.

SENHOR LUÍS FRANCISCO (vereador de Corumbá) — Desculpem-me. Eu pensei que estaríamos numa audiência pública para discutir ideias, não pessoas. Já estão pedindo meu tempo. Eu vou me ausentar porque tenho que ir à missa de sétimo dia do meu pai. [Vaías e palavras de ordem].

MESTRE DE CERIMÔNIA (Andressa Fraga Cotta) — A meu ver, audiência pública é um espaço de manifestações. Então, toda fala pode gerar reação. Eu acho importante o senhor parlamentar estar aqui para responder. Então, por favor, se puder conduzir o microfone. [Falas da plateia fora do microfone]. Gente, só um minuto. Eu pedi o direito de resposta. Eu acho importante a gente entender as diferentes opiniões. Acho que está tudo bem. Acho que, quando a gente se propõe a criar um debate democrático e participativo, é justamente ouvir ideias diferentes, acomodá-las e respondê-las. Eu pedi o direito de resposta, inclusive, para trazer alguns dados técnicos, vereador. Antes de mais nada, quero agradecer a participação de todos. Quero propor uma reflexão para todos nós, uma reflexão que carrego comigo: a gente vive, no país, um momento de muita hostilidade, de polarização, de falta de diálogo, e acho que isso é problemático. Então, ter hoje, neste auditório, pessoas que concordam com a hidrovia, pessoas que discordam; pessoas que concordam com a ferrovia, outras que não; e pessoas que ainda não sabem qual é o melhor caminho é exatamente o que nos permite construir, juntos, o melhor caminho para Mato Grosso do Sul e para o Pantanal. Algumas coisas, vereador, que o senhor traz, eu acho que merecem resposta, só para a gente não se perder no medo. E aí tem uma falácia lógica argumentativa que é muito comum: a de a gente defender um argumento que não foi feito. Ninguém aqui está falando da perda de cinco mil empregos. Na verdade, as balsas transportam cerca de vinte mil toneladas de minério de uma vez. Então, nós, na verdade, corremos o risco de ter menos empregos no que tange ao escoamento do que nos modais rodoviário ou ferroviário. Acho que aí tem uma questão importante. Ninguém tem a obrigação de saber isso, gente. Até porque esses dados, esses números que a gente traz, não estão sendo discutidos. Então, eu acho que a ferrovia traria mais empregos... A ferrovia traria mais empregos no sentido da revitalização, porque a revitalização em si gera uma obra de infraestrutura, mas sem acarretar tantos impactos ambientais, já que toda a parte do trilho, como eu falei no início da minha fala, já está tombada. Então, não existe desapropriação de terra; existe apenas uma modernização. Além disso, esse modal não serve apenas ao escoamento. Ele serve também ao ecoturismo e a outras atividades econômicas que podem fomentar — eu sempre falo isso — menos indústria extrativista e mais desenvolvimento humano, valorizando o potencial humano, artístico, cultural e ambiental da nossa região. Não podemos nos ater à questão de desemprego, porque, na verdade, não é esse o tema da audiência. Ninguém está falando para a mineradora ir embora. A gente está discutindo qual é a melhor maneira de escoar a produção sem prejudicar a população e outras atividades econômicas. Eu trago isso também para tranquilizar a todos. Eu acho que, na posição de vereador, você, claro, traz essa

preocupação com o povo corumbaense. Ela é muito bem-vinda. Mas é só para a gente ajustar os números e pensar em como conduzir esse debate de maneira mais técnica. Aí, por exemplo, há outras questões. Quando a gente fala de investimento, como eu disse, não estamos falando apenas do investimento para o escoamento por meio do modal ferroviário, mas também de beneficiar outras atividades econômicas e outros povos. Com relação às manifestações, acho que isso é natural. Ninguém está se manifestando aqui contra uma ou outra pessoa. A manifestação é contra ideias. Este é um debate que envolve muita paixão. As pessoas que estão aqui estão, dentro dos seus valores, da sua perspectiva ética, moral e da sua cosmovisão, se posicionando de acordo com aquilo que acham importante. Para algumas pessoas, manter o Pantanal vivo vale mais do que qualquer coisa. Para outras, a questão do emprego fala mais alto. Mas vamos tirar essa questão da perda de empregos da mesa, porque ninguém aqui está falando em perder emprego. A gente está falando em gerar mais empregos — empregos sustentáveis. Porque, por exemplo, as obras de dragagem e derrocagem dependem muito de grandes maquinários, operados por poucas pessoas. É um tipo de emprego que surge durante a obra e depois desaparece. Outra questão que as pessoas trazem — inclusive, a gente ouviu familiares de pessoas que trabalham no setor mineral — é que, muitas vezes, os empregos gerados em maior quantidade são justamente os menos técnicos e os de menor remuneração. E a gente vê pessoas da Região Sudeste e de grandes capitais vindo ocupar os postos mais qualificados e com melhor remuneração. Quanto à questão, por exemplo, da promoção do ecoturismo — e aí eu vou fazer um parêntese, porque as pessoas estão se conhecendo aqui esta semana —, quero dizer que fui diretora de um grande atrativo turístico voltado para a área ambiental, em Foz do Iguaçu, que hoje é um dos principais destinos turísticos do Brasil. O ecoturismo depende de muito investimento. A gente está falando não só de infraestrutura, mas também da preparação das pessoas para receber os turistas. A gente está falando de levar Corumbá para feiras nacionais e internacionais e de promover o Pantanal. Eu já viajei e já morei em muitos lugares, e garanto que não existe nenhum lugar do mundo igual ao Pantanal. Existe muito lugar de extração de minério. Existe muito lugar de subemprego. Existe muito lugar de conglomerados empresariais extraindo riqueza e deixando pouco retorno para as pessoas que vivem no território, seja no campo, seja nas regiões de exploração mineral. Mas o Pantanal é único. Hoje, eu represento a JF no Brasil, uma organização que atua em dezessete países ao redor do mundo e que, aqui, resolveu proteger o Pantanal porque entende que não existe outro Pantanal. Deixem o Pantanal em paz. Deixem o Pantanal reviver. Aliás, não é nem viver; é reviver. Com relação às manifestações, acho que isso é natural. A gente se emociona mesmo. Eu me emocionei durante várias falas. Vamos apenas tentar respeitar o *indivíduo* e lembrar de combater e questionar os *argumentos*, porque é sobre construir uma ideia coletiva melhor para o futuro, que beneficie todo o mundo. É isso.

SENHOR ANÍSIO GUATÓ (liderança indígena) — Pessoal, eu tenho que ser responsável aqui também com relação à história da construção do movimento do Comitê Permanente de Revitalização da Ferrovia e Reativação do Trem do Pantanal. O projeto do Trem de Passageiros no Pantanal e no Cerrado conta hoje com a participação e a

articulação do Ferrobús e do Expresso do Oriente, na Bolívia. Já realizamos audiências públicas sobre o tema em Corumbá. No estado esta é a segunda, não é, Kemp? A primeira ocorreu em agosto de 2004. Também já tivemos encontros em Campo Grande, Mairinque e Bauru. No ano passado, após saírem daqui, os bolivianos — o Chicão talvez se lembre disso — organizaram uma mobilização. Hoje, eles trouxeram essa experiência, reativaram a Ferrobús e já estão inaugurando o Expresso do Oriente. Quero ser responsável e destacar que o Chicão foi o primeiro vereador a nos apoiar. No dia 30 de abril de 2004, quando eu ainda me recuperava de cirurgias, telefonei da cama para algumas pessoas. Dois segmentos nos apoiaram de imediato: o Sinpaf, por meio da Débora e do Alberto, que sempre ajudam, e o Chicão, que contribuiu pagando o carro de som para a nossa intervenção e para o debate com os companheiros lá na ferrovia. Deixei o nome e o telefone do comitê com o assessor aqui presente. O Chicão é membro do Comitê Permanente de Revitalização da Ferrovia e Reativação do Trem do Pantanal. Desde o início, afirmamos que a ferrovia funciona como uma espinha dorsal. Em qualquer matriz inteligente de logística, de viabilidade de cargas e de mobilidade humana no mundo, o modal ferroviário é a estrutura principal. Não existe essa ideia de que um modal anula o outro, como dizer que a navegação fluvial substituiu o cavalo, que a ferrovia acabou com o rio ou que a rodovia destruiu a ferrovia. Esse pensamento é equivocado. Nenhum modal anula o outro, pois o mundo trabalha com a intermodalidade. O Brasil e Mato Grosso do Sul precisam defender a criação de secretarias de políticas públicas de transporte, voltadas para a mobilidade urbana, humana, de cargas e de passageiros. Enquanto o transporte estiver fragmentado em agências, fundações ou institutos de meio ambiente, não haverá recursos nem orçamento próprio; será apenas um "faz de conta". Precisamos parar com o "faz de conta" na cultura, no meio ambiente e na infraestrutura. Nossa cidade possui o maior potencial de intermodalidade, reunindo hidrovia, ferrovia, rodovia, aerovia e infovia. O filho do meu sobrinho nasceu no Japão, está jogando bola lá; e, em questão de minutos, recebemos a imagem do bebê no colo da mãe. Antigamente, uma fotografia levava semanas ou meses, transportada por navio, para chegar à família. A geração de emprego e renda no setor de transportes e na intermodalidade é fantástica. No caso das rodovias, precisamos superar a indústria de compra e venda de votos por meio de terceirizações e empreiteiras; pois isso alimentam velhas práticas políticas. Para isso, é fundamental investir em patrulhas mecanizadas próprias e consolidar, de fato, uma política pública de transporte e construção.

DEPUTADO PEDRO KEMP - PT (proponente) — Pessoal, é só para a gente se organizar daqui para frente. A primeira fala gerou muitas informações; por isso, vamos garantir as inscrições e estabelecer o tempo de três minutos para cada um. Assim, garantimos que mais pessoas possam participar. Reforçando as palavras da Luciana, não há problema nenhum em as pessoas divergirem umas das outras. É importante que a gente escute e que a Mesa também tenha a oportunidade de fazer alguns contrapontos e responder às questões levantadas. É importante deixar claro que nós estamos aqui para defender também o povo de Corumbá. Ninguém aqui está querendo colocar em risco o desenvolvimento da cidade nem os empregos. Mas nós entendemos que há outras alternativas além desse projeto da hidrovia, que, inclusive, preservem os empregos, mas

empregos de qualidade. A gente quer uma cidade limpa, com ar respirável, em que as crianças possam ir à escola e comer uma merenda de qualidade. Então, tudo isso está envolvido neste debate. Nós não somos contra a geração de empregos aqui na cidade de Corumbá; pelo contrário. Então, vamos seguir. Vereador, o senhor está com a palavra.

SENHOR LUÍS FRANCISCO (vereador de Corumbá) — Só para concluir, deputado, porque eu preciso sair. Eu tenho absoluta certeza de que o turismo é a maior indústria sem chaminé. Agora, romantizar a ferrovia... Eu também romantizo, o Anísio sabe disso. Todavia, nós temos que ser claros: a ferrovia não virá se não vier a hidrovia primeiro. Um quilômetro de asfalto custa de 20 mil reais a 100 mil reais. Um quilômetro de ferrovia custa 54 milhões de reais. E um quilômetro de rio custa 6 mil reais. Então, vamos parar de romantizar. É só. Fiquem com Deus. Muito obrigado. [Reclamações no auditório].

MESTRE DE CERIMÔNIA (Andressa Fraga Cotta) — Vereador, eu quero sua atenção antes de o senhor sair. Dada a sua tréplica, eu acho que tudo o que o senhor pontuou aqui, como a Lu disse, a gente tende a debater ideias e contra-argumentar ideias. Mas acho que precisamos pensar que todo filme que começa a dar errado dá errado porque alguém ignorou um cientista. Então, eu entrego ao senhor esta carta aberta sobre a Hidrovia Paraguai-Paraná. Essa é uma carta elaborada por nós, da JF, juntamente com uma série de pesquisadores que estão aqui presentes e que estudam o Pantanal e o Cerrado. Aqui, a gente pontua cada uma das consequências associadas à hidrovia. E justamente os pesquisadores trazem esta mensagem: "A hidrovia ameaça todo o bioma e o povo pantaneiro", que, inclusive, está nesta audiência e depende dele. Então, eu peço que o senhor leia com carinho e identifique as consequências negativas das quais estamos falando aqui. [Palmas e falas no auditório]... Pessoal, eu peço que vocês sempre se identifiquem quando pegarem o microfone para fazer suas colocações. Por favor, vamos usar apenas dois minutos, três minutos no máximo, para que o maior número possível de pessoas possa falar.

SENHORA DANIELA (representante da SOS Pantanal e da Chalana Esperança) — Gente, boa noite. Quero dizer que nós somos duas organizações que trabalham pela conservação do Pantanal. Vou fazer alguns comentários importantes. A gente tem, sim, que pensar na saúde humana e no bem-estar humano, mas a saúde é única. Não existe saúde humana, não existe desenvolvimento humano, sem bem-estar ambiental. Isso não existe. Temos que pensar no bem-estar do Pantanal, justamente pelo que vocês disseram aqui. Nós somos o Pantanal. Se o Pantanal morrer, se o rio Paraguai morrer, nós também morreremos. Então, eu vou trazer alguns dados aqui, porque temos que falar do Pantanal não só de modo utilitarista, não apenas do que o rio Paraguai pode trazer de benefício econômico. Existem milhares de espécies que dependem desse rio e de suas inundações para viver. E eu não estou falando só da onça-pintada, não. Eu estou falando de fungos, de insetos, de cobras, de sapos. E, todos juntos, fazem esse bioma seguir em equilíbrio. O desejo é que os povos originários e que nós que vivemos na cidade consigamos ter o mínimo de saúde também. Eu coordeno esses projetos no Pantanal pela

SOS Pantanal: projetos de qualidade da água. Eu trabalho também com prevenção a incêndios florestais e restauração do Pantanal, tanto pela Chalana quanto pela SOS Pantanal. E eu estou vendo que as pessoas não têm água para beber, as pessoas não têm árvores para construir suas canoas, o que é uma questão cultural do povo guaratã, inclusive. As pessoas estão sofrendo. As crianças, que têm que brincar e têm que estudar, estão sofrendo, evacuando a escola porque o fogo chega até lá, como aconteceu aqui no Jatobazinho. A construção dessa hidrovía, da forma como ela está sendo proposta, só vai piorar a situação. É um ciclo sem fim que só tende a se agravar. Então, o que vai acontecer? Vai acontecer a redução do armazenamento natural da água. Isso vai fazer com que o Pantanal retenha menos água na planície. Vai ter menos água como um todo, menos chuva no Pantanal. A gente já enfrenta isso por causa das mudanças climáticas e da destruição que obras como essa têm causado no Cerrado. A quantidade de água que sai do Cerrado e vem para cá já está diminuindo muito. A chuva que vem da Amazônia e do Cerrado também já está diminuindo, e obras como essa têm contribuído para que o Pantanal seque e chova menos. Isso tudo vai impactar diretamente o Pantanal. Também haverá alteração do regime de cheias e secas, com períodos de seca mais prolongados. Haverá maior irregularidade da descarga hídrica, fazendo com que esses rios circulem menos e se espalhem menos pela nossa planície. Haverá diminuição da evaporação da água. Isso vai fazer com que haja menos umidade. Também haverá mais emissão de carbono. Ou seja, o Pantanal vai ficar mais quente, menos úmido, e isso fará com que ocorra mais incêndios florestais. Também haverá alteração do microclima: temperaturas mais elevadas, menos umidade e maior amplitude térmica. A temperatura poderá atingir mais de 40 graus aqui no bioma. Aumentará o risco de incêndios e impactos na biodiversidade. E é aí que eu quero chegar. Haverá a perda de habitats aquáticos, porque, como o cacique disse, há peixes que vivem no rio, mas há também peixes que só vivem no bioma, dentro dos corixos. Vários animais precisam dessas vazantes, precisam desses locais para poder se reproduzir. Pode não haver mais a reprodução de várias espécies de peixes. E isso, além de impactar a vida desses animais, vai afetar a vida de muitas pessoas que vivem da pesca, que é uma atividade tradicional pantaneira. Com a redução dos peixes, ocorrerá a diminuição da oferta de alimento para grandes predadores, como os jacarés. As onças-pintadas dependem desses peixes que os jacarés consomem para, por sua vez, poderem se alimentar desses jacarés. Tudo isso será impactado. Também haverá alteração da qualidade da água e retroalimentação do processo de degradação. Com tudo isso, e com a planície ficando mais seca, ocorrerão muito mais incêndios. E a perspectiva de incêndios, infelizmente, já é muito preocupante para o nosso bioma, principalmente diante das mudanças climáticas. Peço que vocês pensem muito bem. Não podemos tratar o Pantanal apenas de modo utilitarista. Cada espécie que vive aqui, cada indivíduo, além de nós, merece viver. E a saúde é única. Não há saúde humana sem saúde ambiental.

MESTRE DE CERIMÔNIA (Andressa Fraga Cotta) — Obrigada, Dani. Eu passo a palavra agora à professora Débora.

SENHORA PROFESSORA DÉBORA CALHEIROS (representante da Embrapa Pantanal) — Boa noite! Eu sou Débora Calheiros, originalmente da Embrapa Pantanal. Estou aqui há 35 anos, e o meu primeiro trabalho foi analisar o estudo de impacto ambiental da hidrovía, em 1990. Tenho bastante experiência nessa área. Agora, estou cedida ao Ministério Público Federal; e lá estamos atuando no questionamento relativo a todos esses problemas. Mas eu quero mostrar esta única figura aqui (na tela), porque, infelizmente, algumas pessoas que comentaram sobre isso — inclusive o vereador — mencionaram esse assunto. Na década de 1960, como foi mencionado, houve dez anos de seca. E aquele foi um período natural. Não havia mudanças climáticas, não havia desmatamento, não havia assoreamento dos rios. Quem é mais velho deve se lembrar disso. Foram dez anos de seca, com níveis abaixo de 60 centímetros. No ano de 2024, houve um nível de seca ainda maior, que chegou a menos sessenta e nove centímetros. Então, a gente pode estar entrando em outro período de seca. Isso aconteceu nos anos 1910, nos anos 1940, nos anos 1960 e agora pode estar acontecendo de novo. Só que, agora, além da possível volta de um fenômeno natural, climático e hidrológico, há também a questão das mudanças climáticas, que estão promovendo secas mais extremas. Então, o nosso questionamento é: como navegar?... Esse foi o grande questionamento dos anos 1990, dos anos 2000 e dos anos 2010. Como navegar se voltar um período de dez anos de seca? Como uma concessionária que ganhou a privatização vai ficar dez anos sem navegar? Quem vai pagar essa conta? Pelo edital da concessão, quem vai pagar essa conta é a União. Se acontecer alguma mudança climática que impeça a navegação, nós vamos pagar a conta para a concessionária. Isso é um absurdo! Nós vamos pagar a conta. Se houver um acidente na ponte ou qualquer outro evento que impeça a navegação, a União será responsável por indenizar a empresa. Então, nós seríamos os fiadores da empresa. Nós estamos falando de um fenômeno natural que pode acontecer, que pode estar acontecendo e que ainda pode ser agravado. Quero deixar isso claro. Infelizmente, o vereador não está mais aqui, mas quem vai pagar a conta da não navegabilidade durante a seca seremos nós; será a União. A questão é que a navegação sempre ocorreu. No tramo sul, nunca precisou dragar. Só que, se esses períodos recorrentes de seca — que a gente chama de períodos plurianuais de seca — voltarem a ocorrer, será preciso dragar. E dragar na seca é o grande problema, porque fica sem lagoas, sem corixos, como os colegas já disseram. Quero agradecer a presença de todos, da Maria Coelho, do assentamento, e principalmente da Comissão Pastoral da Terra. E amanhã nós vamos participar da Romaria Cerrado-Pantanal, em homenagem às águas, e depois do Abraço ao rio Paraguai. Obrigada.

MESTRE DE CERIMÔNIA (Andressa Fraga Cotta) — Quero rapidamente agradecer à professora Débora, uma pessoa que está nessa luta desde a década de 1980. Ela é referência no tema 'hidrovía'. Além de agradecer à senhora, professora Débora, quero destacar também que, como representante do MPF, a senhora acompanha um tema de grande relevância. Sabemos que o Ministério Público Federal abriu uma investigação sobre esse investimento bilionário relacionado à concessão da Hidrovía Paraguai-Paraná. Então, eu lhe agradeço pelos seus anos de luta, pelos seus anos de pesquisa no setor público em



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL SECRETARIA
JURÍDICA E LEGISLATIVA — SJL
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA E REVISÃO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA “FERROVIA SIM, HIDROVIA NÃO”
REALIZADA EM 10/06/2026**

defesa do Pantanal e no acompanhamento das questões relacionadas à Hidrovia Paraguai-Paraná.

SENHORA IZOLETE WICHNIESKI (representante da Comissão Pastoral da Terra — CPT) — Boa noite a todas e a todos. Eu sou Izolete, da Comissão Pastoral da Terra e da Campanha Nacional em Defesa do Cerrado. Como a Débora disse, nós estamos aqui desde o dia 3. Chegamos com um grupo de quase duzentas pessoas, vindas dos oito estados abrangidos pelo Cerrado, além de um grupo aqui de Mato Grosso do Sul, para nos juntarmos a vocês nessa luta em defesa do Pantanal. Nós começamos a Campanha Nacional em Defesa do Cerrado para dar visibilidade a essa realidade, porque o Cerrado, muitas vezes, não é visto. Queremos juntar essas águas — as águas do Cerrado e as águas do Pantanal, como temos dito — e também unir as lutas do Cerrado e do Pantanal, justamente para dar visibilidade a essa realidade. A gente esteve aqui em 2024, com a Articulação Agro é Fogo, junto com a deputada Gleice Jane, em uma audiência pública, e vimos o quanto as violações de direitos dessas comunidades são fortes aqui nesta região. Então, nós pensamos nessa romaria, para que pudéssemos nos somar nessa luta nesse processo. E não se trata apenas da hidrovia do rio Paraguai, porque seis hidrovias estão sendo discutidas em nível de Brasil. Imaginem como nós vamos ficar com as nossas águas assim. Eu sou apaixonada pelas águas e pelo Cerrado. Eu sempre digo que sou de Santa Catarina, mas fui adotada pelo Cerrado. Hoje, o meu corpo é Cerrado e o Cerrado é o meu corpo. Eu sinto essa experiência de vivenciar as águas, de vivenciar esse território, que é vida, assim como as comunidades sentem. Isso é algo muito forte. Nós visitamos quatro comunidades aqui na região de Corumbá. Visitamos Miranda, Anastácio, Sidrolândia e os assentamentos de Sidrolândia. E ouvimos isso com muita frequência. A síntese dos intercâmbios que realizamos trouxe toda essa realidade que vocês estão relatando e, principalmente, aquilo que o Anísio trouxe aqui. As comunidades estão muito impactadas por tudo isso e, muitas vezes, não sabem das consequências que podem surgir, caso essa hidrovia seja implantada. Acho que esse processo de mobilização é fundamental. Mas também é fundamental que as comunidades ribeirinhas sejam informadas e que se respeite a consulta prévia, livre e informada das comunidades. As comunidades foram consultadas sobre esse projeto? Não! A Convenção 169 está aí e é um instrumento fundamental de luta das comunidades para barrar projetos como esse. Porque, se a comunidade disser não, a hidrovia não pode ser instalada. Vocês viram agora o que aconteceu lá em Santarém. Os povos indígenas munduruku permaneceram por mais de um mês mobilizados contra a Cargill e forçaram o Governo Federal a cancelar o decreto que viabilizava a hidrovia do rio Madeira e a hidrovia que impactaria os rios Araguaia e Tocantins e as comunidades daquela região. Mas isso aconteceu com muita luta. Então, nós precisamos botar o pé na estrada. Precisamos lutar contra esse processo que está aí, que está consumindo e que está nos matando. E, por fim, quero lhes fazer um convite: amanhã nós vamos continuar essa mobilização. Teremos uma caminhada celebrativa. Vamos começar às 7h30min, na Igreja São Pedro, e faremos uma caminhada aqui por Corumbá, à beira do rio. A atividade será encerrada no porto, com uma celebração. A nossa romaria é articulada com a Diocese de Corumbá. Todos estão convidados para participar dessa mobilização.

SENHORA DANIELA (representante da SOS Pantanal e da Chalana Esperança) — Eu só vou complementar o que a colega da CPT disse, porque esqueci de mencionar uma questão importante. O Ministério Público Federal está acompanhando essa questão da OIT 169. E o que está barrando o avanço desse edital é justamente esse debate. O processo foi questionado pelo TCU porque a Bolívia e o Paraguai contestaram esse projeto. Existe um tratado da hidrovia entre os países que fazem parte da Bacia do Prata, e tanto o Paraguai quanto a Bolívia questionaram esse edital com base nesse tratado. A outra questão levantada pelo TCU trata do respeito às comunidades tradicionais e à necessidade de observância do processo de consulta... Como é que se diz mesmo?

SENHORA PARTÍCIPE — Consulta prévia, livre e informada.

SENHORA DANIELA (representante da SOS Pantanal e da Chalana Esperança) — Exato. Consulta prévia, livre e informada. E esse também foi um dos pontos levantados pelo TCU.

SENHOR ANÍSIO GUATÓ (liderança indígena) — Pessoal, no ano passado — acho que a Luany precisou sair um pouco, mas podem me ajudar a lembrar —, em fevereiro de 2025, foi anunciada uma audiência pública da Antaq, que seria realizada em Brasília. Quando surgiu essa questão da audiência, eu vou dizer uma coisa para vocês: tudo aquilo que eu vivi — assim como os parentes aqui, dona Dalva e seu Severo, que sempre me levaram para lutas importantes, como a de Coroa Vermelha, em 2000. Mesmo achando que já estou calejado nesse movimento, vou dizer para vocês: aqui no Pantanal e nas fronteiras a gente "anda num fio de navalha". Porque a linha tênue entre a vida e a morte é de fato pequena. E isso está na nossa mente, no nosso coração, na nossa família e na nossa casa. Tanto é que, muitas vezes, esposa e filhos ficam preocupados quando a gente se atrasa, certo? Quero dizer a vocês que eu liguei para a Antaq apenas para perguntar se nós poderíamos usar este auditório junto com a própria Antaq. A intenção era fazer uma teleconferência, de modo que pelo menos um de nós do Pantanal pudesse assistir e fazer algumas perguntas. Olhem só, eu, com toda a informação que já tinha, como conselheiro, participante de conferências de saúde — a Lúcia também está aqui — e de conferências nacionais indígenas, junto com outros companheiros. Nós gostaríamos de que representantes indígenas, representantes de Porto Esperança e de outras comunidades pudessem participar e fazer perguntas. Eu vou dizer para vocês: nós logramos êxito. Não ficou só naquela audiência. Aconteceu uma audiência presencial aqui. E eu até parabeneizei quem estava aqui. Mas, dada a truculência que havia naquela Mesa — a Luany está aqui, não é, Luany? Até o pessoal da LHG estava presente —, havia muitos militares de vários países, além de operadores da navegação, representantes de empresas e pessoas interessadas nas commodities. Naquele momento, eu os parabeneizei, mas disse que estava mais confortável com a lara, que era a atendente virtual deles. Porque, quando eu comecei a perguntar para a atendente virtual, ela me dizia: "Seja direto", "faça perguntas de sim ou não", "respostas objetivas". E eu fui ficando nervoso com a lara, porque não sabia que ela era um robô. Eu fui perguntando. Como eu já sou enrolado para falar, fui me enrolando mais

ainda e ficando angustiado, e acho que a lara se humanizou. Eu acho que apagaram a lara e colocaram alguém para conversar comigo. E daí surgiu a audiência presencial aqui. Mas eu quero destacar o seguinte: nós, no Conselho de Saúde e no Conselho de Educação, trabalhamos com um princípio segundo o qual todo plano que prevê consulta pública e participação popular e social precisa prever também o fomento à participação popular. E aí eu peço que as assembleias legislativas e as câmaras, quando forem realizar audiências públicas, observem no orçamento, no duodécimo ou em outra rubrica, recursos destinados ao fomento da participação popular. Porque, para nós, não é fácil se deslocar. Há gastos com combustível, com barco e com várias outras coisas. Agora, para outros interesses, certos ou errados, o pessoal está navegando neste momento. Tem gente traficando seres humanos. Tem gente traficando mercadorias. Tem gente circulando pelos rios o tempo todo. Inclusive, o município está há quatro anos recusando receber uma UBS Fluvial, um heliporto e uma estrutura de atendimento móvel para não depender mais de serviços terceirizados. Mas o município, infelizmente — e o vereador já foi embora —, disse que não precisa disso, porque existe um povo das águas que resolve tudo. Isso não é verdade. Porque o povo das águas não passa daqui da Barra do São Lourenço. E mesmo até lá, quanto tempo leva para chegar, cacique?

SENHOR CACIQUE NEGRÉ (cacique guató) — Ano passado, eles fizeram dois atendimentos. Este ano, fizeram doze. Provavelmente disseram que vão voltar em setembro, e isso deve continuar ao longo do ano. Então, o atendimento é complicado.

SENHOR ANÍSIO GUATÓ (liderança indígena) — Entendeu? E outra coisa: com a UBS Fluvial e com a efetivação do SUS no Pantanal, haveria mais médicos e mais profissionais de saúde contratados. O vereador deveria estar aqui para ouvir isso. Inclusive, o Governo Federal agora vai ter que federalizar o curso de Medicina para que ele não seja perdido, porque a parceria público-privada fez tudo errado para que nada desse certo.

SENHORA LUANY MÔNACO (jornalista) — Obrigada. Gustavo.

SENHOR GUSTAVO (partícipe) — Boa noite! Eu sou o Gustavo. Eu queria falar para o vereador, mas ele não foi sujeito, ele saiu fora; ele não tem colhões para ouvir a verdade. Tanto se diz: "Ah, vai perder cinco mil empregos e não sei o que e tal". Mas a cidade, por si só, já gera empregos. Mas eles preferem deixar os caras mais ricos, deixar o bolso deles mais cheio, a investir na própria cidade. Está aí o Mercado abandonado. Poderiam investir mais em hospitais, faculdades, transporte público e na própria cidade. Por exemplo, o curso de Artes Visuais praticamente só existe na modalidade on-line. Se investissem mais em educação, transporte e serviços públicos, ninguém precisaria depender de mineradoras que exploram nossas riquezas. E ainda vêm pessoas de outros países dizer que isso é necessário porque gera emprego. É sempre a mesma justificativa. Existem muitas outras formas de gerar emprego e renda. Nos hospitais faltam medicamentos. Falta atendimento nas aldeias dos nossos irmãos indígenas. Olha, uma UBS Fluvial, um atendimento móvel, tudo isso também gera emprego, gera renda e melhora

a qualidade de vida da população. O pessoal precisa abrir os olhos. Nós não aguentamos mais isso. Falaram de São Paulo. Eu fui criado em São Paulo e posso dizer: muita gente já não aguenta mais viver lá. A cidade vive cheia de problemas relativos à poluição, à insegurança e à qualidade de vida. Eu morei perto do rio Tietê. É mau cheiro, água poluída, degradação ambiental. Quase não existe mais natureza em muitos lugares. Aí querem comparar um rio degradado com uma das maiores riquezas naturais do planeta, que é o Pantanal, a maior planície alagável do mundo. Ofereceram água da torneira para o governador Tarcísio de Freitas, e ele não quis beber. É tudo poluído. Agora querem fazer em Corumbá o mesmo que fizeram em tantos outros lugares. Abram os olhos e não deixem isso acontecer, porque, senão, vão transformar Corumbá em uma mini São Paulo.

SENHORA PARTÍCIPE — A preocupação de um vereador da cidade não deveria ser esperar que uma empresa de fora venha privatizar e explorar aquilo que pertence a este território para gerar empregos. Isso precisa ser questionado. Racismo ambiental. Isso tem nome. Isso é crime. Quando a Lu falou do movimento que aconteceu esses dias, reunindo artistas, ambientalistas, historiadores, psicólogos e tantas outras pessoas, uma questão muito importante foi levantada: separar o ser humano da terra é gerar um problema; entender que ele que faz parte dela é começar a encontrar soluções. Porque, na verdade, nós não estamos defendendo apenas o Pantanal, estamos defendendo a nós mesmos. Nós somos o Pantanal. Eu sou da Caatinga, do Sertão Paraibano, da terra da mata branca. Quando eu cheguei aqui, não disse: o Pantanal; eu disse: o meu Pantanal; porque hoje também me sinto parte dele. Fragmentar o Brasil e fragmentar as nossas lutas só aumenta os problemas. A solução passa por reconhecer quem somos e onde estamos. Nós somos o Pantanal. Estamos nos defendendo. E não estamos aqui tentando persuadir a população com esse papo de emprego. Já foi dito várias vezes que muitos dos empregos prometidos não são empregos dignos nem bem remunerados. Então, por que esperar que uma empresa de fora venha oferecer empregos precários e, em troca, colocar a população diante de tantos riscos? E que lucro é esse de que tanto falam? Apenas o lucro financeiro? E o lucro ambiental, onde entra nessa conta? Quanto vale uma capivara? Quanto vale um corredor ecológico que pode ser destruído? Por isso, eu repito: nós não vamos apenas defender o Pantanal, nós vamos defender a nós mesmos.

MESTRE DE CERIMÔNIA (Andressa Fraga Cotta) — Agora, vamos ouvir a senhora Edil.

SENHORA EDIL (partícipe) — Boa noite! Quero agradecer, primeiramente, por esta oportunidade e por nos darem o direito à voz e à fala. Muitas vezes, participamos de audiências em que não temos voz, não temos o direito de falar e sequer somos ouvidos. Portanto, agradeço à organização que preparou este espaço para nós, povo da terra, povo pantaneiro, povos tradicionais. Estamos aqui para nos defender e defender o território onde vivemos... Acabei esquecendo de me apresentar. Eu sou a Edil, faço parte da Rede Pantaneira, que representa vinte e oito segmentos. Estou nessa luta há décadas, juntamente com esses grupos. Tenho adquirido conhecimento, mas sei que ainda é pouco,

e hoje aprendi mais um pouco aqui. Nós não tínhamos a real dimensão do que era essa hidrovía. Chegamos a pensar que esse assunto não tinha a ver conosco. No entanto, hoje vimos que tem tudo a ver, pois seremos impactados ou até expulsos do nosso território e da nossa comunidade. Eu moro na comunidade tradicional Antônio Maria Coelho, que fica a 45 quilômetros da cidade de Corumbá. Nós somos severamente afetados pelas mineradoras de minério de ferro, pelas siderúrgicas e também pela ferrovia, esta última em menor intensidade, porque as atividades diminuíram um pouco. Para vocês terem uma ideia, nós moramos no meio de todos esses grandes empreendimentos, que vêm nos afetando de tal forma que nos sentimos espremidos e esmagados. De um lado está a ferrovia; do outro, a mineradora; e, do outro, a siderúrgica. A nossa comunidade era muito rica em biodiversidade, com grande variedade de animais e fontes de água. Era uma água considerada mineral, tão rica que as pessoas vinham da cidade para buscá-la. Hoje, esse recurso está se esgotando, e mais de 50% daquela água já secou. A nossa mata, que era tão verde e onde podíamos caminhar livremente, já não é mais a mesma. Os turistas iam visitar a região por causa das plantas nativas e medicinais, mas hoje isso quase não existe. Mal conseguimos caminhar pelas estradas devido ao intenso fluxo de caminhões e à quantidade de poeira e lama. Tornou-se perigoso transitar por lá, seja para os nossos esposos irem ao trabalho, seja para as crianças irem à escola. Para piorar, o posto de saúde local foi fechado em razão dos impactos causados pela poeira do minério; não havia condições de continuar atendendo naquele ambiente. Hoje estamos sem posto de saúde. Nossas crianças estão sendo prejudicadas em sua educação, porque o barulho constante dos caminhões tira a atenção delas e compromete seu aprendizado. Além disso, como já foi dito aqui, muitas vezes falta água, e a que temos está contaminada. Temos consumido água e alimentos contaminados, e nossa saúde está visivelmente afetada. A maioria dos moradores compartilha dos mesmos sintomas e do mesmo sofrimento. Somente hoje eu tive um pouquinho desse conhecimento. Eu sei que esta audiência está sendo gravada e, por isso, peço às autoridades que olhem por nós, pois a nossa comunidade pede socorro. Como já foi dito, nós não somos contra o desenvolvimento nem contra a evolução. Nós só queremos um pouco de dignidade; queremos recuperar parte da dignidade que nos foi tirada naquele lugar. Antes, nós tínhamos uma escola e um posto de saúde. Eram simples, mas nós não sofriamos com esses grandes impactos. Conseguíamos caminhar pela estrada, chegávamos ao posto de saúde e éramos atendidos. As nossas crianças estudavam tranquilamente. Meus filhos estudaram todos lá; hoje são casados, aprenderam e se formaram naquela escolinha. Nós conhecemos a realidade daquele lugar. Hoje, porém, há crianças que chegam à quarta ou à quinta série sem saber ler. O barulho constante tira a atenção delas. Às vezes, não há água na escola para as crianças beberem, então elas precisam voltar para casa. Em outras ocasiões, chove muito, a lama invade tudo e não há condições de estudar. Eu peço encarecidamente que seja criada uma lei para que essas grandes empresas, autorizadas a explorar aquela região, olhem mais para as pessoas. Nós somos seres humanos; vivemos lá. Fala-se muito em preservação ambiental e sustentabilidade; mas, para quem vive essa realidade, as coisas não acontecem dessa forma. Nós não temos o mínimo de dignidade. Essas grandes empresas poderiam nos oferecer uma escola melhor, um posto de saúde melhor e fazer melhorias na estrada, que

hoje nos prejudica muito. Nós servimos até de chacota. Quando saímos da comunidade e viemos para a cidade, as pessoas olham para os nossos pés e dizem: "Você veio da Maria Coelho, não foi?". Muitas vezes, precisamos trazer um par de sapatos na mochila para trocar quando chegamos à cidade, porque os caminhões passam e jogam lama em nós. É complicado. Eu gostaria de pedir licença ao meu povo e aos meus irmãos e irmãs da comunidade que estão aqui. Peço que vocês se levantem... A maioria está aqui presente. [Palmas no auditório]... Juntos somos mais fortes. Peço ao presidente Lula que olhe por nós e pelo povo pantaneiro. Hidrovia, não; ferrovia, sim. Caso contrário, a nossa comunidade pode acabar. Que ele olhe mais pelo povo pantaneiro, porque somos um povo tradicional que vive naquele território há gerações. Também tenho o privilégio de conhecer a Luany. Nós nos conhecemos na COP. Ela é como uma filha que eu adotei. Naquela luta, ela achou que estava sozinha, e eu disse: não, você não está sozinha. E hoje nós estamos aqui. Deus faz tudo na hora certa. Muito obrigada.

DEPUTADO PEDRO KEMP - PT (proponente) — Muito boa essa fala, que fecha com chave de ouro a nossa discussão. Que fala importante a sua. A presença de pessoas da comunidade é fundamental. Eu pergunto a vocês: é esse desenvolvimento que a gente quer para o nosso povo?... Olha, é um horror chegar a Corumbá e a Ladário. Aquela lama, aquela poeira vermelha... O povo está sendo contaminado. Vir aqui dizer que as grandes empresas vêm trazer emprego e desenvolvimento... Ora, não é esse tipo de desenvolvimento que nós queremos para o nosso povo. Muitas vezes essas grandes empresas vêm para cá com incentivo fiscal do Governo, deixam de recolher impostos para se instalar, geram subempregos e não têm a responsabilidade social de dar um retorno a essas comunidades. Uma empresa como essa deveria investir em escolas, postos de saúde e estradas de qualidade, para que as pessoas não precisassem viver nas condições em que vivem hoje. O que está acontecendo nós chamamos de desenvolvimento predatório e criminoso contra as comunidades. E eu confesso a vocês: infelizmente, o vereador não está mais aqui, mas a fala dele me agrediu, porque ficou parecendo que quem é contra a hidrovia é contra a geração de cinco mil empregos em Corumbá. Olha, a hidrovia não é a garantia de geração de empregos para a cidade. O que nós precisamos é atrair empresas que tenham responsabilidade social e ambiental, que desenvolvam o turismo — uma atividade com enorme potencial em Corumbá e em toda a região do Pantanal. Uma indústria limpa, capaz de gerar muitos empregos e empregos de qualidade. É este o desenvolvimento que nós queremos: respeito às comunidades tradicionais e respeito à população de Corumbá. Foi muito impactante ouvir a dona Edil, quando disse: "Eu não sabia. Aprendi aqui, hoje, o que essa hidrovia significa para nós." E, como a Luciana também falou anteriormente, muitas pessoas ainda não sabem o que está acontecendo nem conhecem o projeto que está sendo discutido. Por isso, nós que estamos aqui nesta audiência pública temos a responsabilidade de levar essa informação a toda a população de Mato Grosso do Sul e de fazer chegar às autoridades a nossa posição: nós não queremos essa hidrovia. Pois bem, agora eu gostaria de chamar aquelas crianças que estavam ali com os cartazes. Quero que vocês venham aqui à frente para encerrarmos a nossa audiência pública.



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL SECRETARIA
JURÍDICA E LEGISLATIVA — SJL
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA E REVISÃO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA “FERROVIA SIM, HIDROVIA NÃO”
REALIZADA EM 10/06/2026**

SENHORA PARTÍCIPE — Deputado, deixe-me falar só uma coisinha sobre essa palavra "desenvolvimento"?

DEPUTADO PEDRO KEMP - PT (proponente) — Pois não.

SENHORA PARTÍCIPE — Eu tenho um preconceito enorme contra essa palavra. Sabe por quê? Porque tudo o que começa com "des", na língua portuguesa, costuma remeter a algo ruim: desnutrição, desmatamento, destruição... Então, por que desenvolvimento seria uma coisa boa? Vamos tentar falar mais em envolvimento. Vamos buscar o envolvimento.

DEPUTADO PEDRO KEMP - PT (proponente) — Muito bem... Você quer falar, amigo? Ah, desculpe-me.

SENHOR DIEGO VIANA - (partícipe) — Dois minutos. Boa noite! Eu sou o Diego Viana. Vou respeitar o meu tempo, mas não consigo ficar sem falar. Sou nascido e criado aqui. Cresci bebendo a água do rio Paraguai, assim como todos aqui. E é muito ruim saber que a nossa água está contaminada. Índices mostram que os níveis de agrotóxicos encontrados na água estão "dentro do aceitável". Aceitável por quem? Eu não aceitei. E tenho certeza de que ninguém aqui aceitou beber o mínimo que seja de agrotóxico. Mas é muito importante enfatizar — e aproveito a presença do deputado, da representante da senadora e do Bruno, também representante da política local — que os políticos devem ouvir os cientistas. Não tem como um vereador vir aqui e dizer: "Vocês estão sendo movidos pela paixão". Sim, nós amamos o que fazemos. Nós estamos aqui lutando pelo lugar onde nascemos. Acontece que, antes de tudo, estamos nos embasando na ciência. E ciência não é achismo; ciência é feita com base em dados. A partir dos dados, nós vamos evoluindo na análise e chegamos a artigos como o apresentado pela SOS Pantanal, assinado por vinte e cinco dos melhores pesquisadores do Pantanal. Ciência se rebate com ciência, não com opinião. É fundamental ouvir quem detém o conhecimento. Vale ressaltar que o conhecimento tradicional também tem seu valor. O vereador disse: "Eu acho...". Olha, eu prefiro ouvir o que o cacique Negré acha, porque ele também será impactado. Eu prefiro ouvir o que a Luany, que está lá, todos os dias, acha. Depois, o político vai lá, ouve quem é afetado, ouve a ciência e vem aqui se manifestar. Acho que deveria ser assim. Nós trabalhamos com ciência para ajudar no progresso da humanidade.

DEPUTADO PEDRO KEMP - PT (proponente) — Convido as crianças para virem aqui, para que possamos tirar uma foto.

SENHORA DANIELLA MOOJENI (representante do SOS Pantanal) — Dona Edil, só para falar uma coisa: a lei que a senhora quer já existe. Ela se chama Constituição Federal. E ela diz que todos os cidadãos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado.



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL SECRETARIA
JURÍDICA E LEGISLATIVA — SJL
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA E REVISÃO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA “FERROVIA SIM, HIDROVIA NÃO”
REALIZADA EM 10/06/2026**

DEPUTADO PEDRO KEMP - PT (proponente) — Vereador Elias Ishy, por favor.

VEREADOR ELIAS ISHY - PT (Dourados) — OK, deputado. Eu me inscrevi no começo e estava aguardando a minha vez. Sei que já está na hora de encerrar, então serei breve. Quero dizer ao senhor, deputado, e já parabenizando toda a equipe, todos os presentes, os nossos irmãos, o Anísio, o cacique, porque uma decisão foi tomada aqui. O senhor vai levá-la às autoridades, e eu vou levá-la à Câmara Municipal de Dourados para apresentar uma moção de apoio, porque o Pantanal é de todos os povos, é um patrimônio da humanidade. Todos nós temos a obrigação de defendê-lo. Muito obrigado.

DEPUTADO PEDRO KEMP - PT (proponente) — Obrigado, vereador. Passo a palavra à senhora Vera Lúcia.

SENHORA DONA VERA LÚCIA (assentamento São Gabriel) — Boa noite. Primeiramente, quero agradecer ao deputado Pedro Kemp, a todas as pessoas presentes e à nossa companheira, nossa menina de ouro, que ligou para mim hoje... Eu estou participando da Romaria, faço parte da Rede Pantaneira, sou presidente das mulheres e também faço parte deste movimento pela luta das mulheres. Quero dizer que sou favorável à ferrovia, não à hidrovia. Onde eu moro, no assentamento, as mineradoras deixam as carretas todas paradas em frente ao nosso assentamento. É por ali que os nossos filhos saem para estudar. Eles andam 50 quilômetros para ir à escola e, até agora, nenhum vereador, nenhum prefeito, ninguém teve a capacidade de construir uma escola dentro do nosso assentamento. A gente já levou documentos, eu mesma entreguei um na mão do presidente Lula, perguntado: por que essas mineradoras não fazem uma escola dentro do assentamento? Porque está havendo mortes. As carretas estão matando inocentes, pessoas que não têm nada a ver com a mineração. Então, acho que eles têm que respeitar as comunidades e têm que respeitar a nossa luta, porque eu sou brigadista, luto pelo Pantanal, sou uma guardiã do Pantanal. Eu defendo o Pantanal. Obrigada.

MESTRE DE CERIMÔNIA (Andressa Fraga Cotta) — Pessoal, já estamos caminhando para o final. Muitas pautas importantíssimas foram levantadas aqui. Acho que ficou claro que este é um projeto de individualização dos ganhos por agentes econômicos pontuais e de socialização dos prejuízos. E nós não queremos esse tipo de prejuízo socializado. Nós queremos equidade. Nós queremos que o rio Paraguai continue sendo um patrimônio e permaneça vivo. Dona Dalva, a senhora tem a palavra.

SENHORA DALVA GUATÓ — Boa noite. Olha, é motivo de bastante satisfação para mim estar aqui com vocês neste momento, para falar sobre as águas. Nós, guatós, dizemos que a nossa vida são os rios. Nós, povo guató, sem as águas, não somos nada; sem o nosso rio, não somos ninguém. Basta dizer que o nosso símbolo é a canoa. O meu esposo sempre diz: "Eu me vejo dentro de uma canoa". Então, a água, para nós, é tudo. E, se passar essa hidrovia, vai acabar com o nosso Pantanal. As águas do Pantanal

vão todas para o rio e depois vão descer. Vai sumir tudo. Acabam as árvores, acabam os pássaros, acaba a caça. Eu não vou falar que nós não comemos caça, porque ela faz parte da nossa alimentação. A nossa cadeia alimentar são os peixes, as caças, os jacarés. Essa é a cadeia alimentar do povo guató. E o que será dos nossos filhos e dos nossos netos? Meus netos estão lá na aldeia, meus bisnetos estão lá na aldeia. Eu estou aqui porque já não tenho mais idade para ficar lá; é muito distante. Mas meus netos e meus bisnetos estão lá. E, se acabarem as águas do Pantanal, o que será dos meus filhos, dos meus netos, dos meus bisnetos e de tantos outros? Eu conheço o Pedro Kemp há muitos anos, desde quando começamos a lutar pela nossa terra. Porque, antes, diziam que o povo guató não existia. O Darcy Ribeiro declarou: "Não existe mais guató". Mas nós estamos aqui. Nós estamos vivos. A nossa vida é o rio. Nós existimos, estamos aqui e vamos continuar lutando pela nossa terra e pela nossa vida. Esses dias mesmo, eu estava numa reunião, e um policial militar ambiental estava lá conosco. Ele ficou dando uma de desentendido, como se não me conhecesse. Aí eu contei uma história lá, porque eles chegaram lá querendo prender um guató que tinha matado uma macaca para comer. Só que ele não sabia que ela estava com filhote. A macaca morreu, mas ele pegou o filhote para criar. Então, o policial chegou lá para prender o homem porque ele tinha matado o animal. Na época, meu esposo era o cacique da aldeia; e ele disse: "Não. Aqui dentro da minha aldeia você não vai prender ninguém. Você prende lá na sua terra, lá em Corumbá, onde você manda. Mas aqui quem manda sou eu. Aqui ninguém vai prender o meu povo." Aí o policial perguntou: "Mas o que eu faço? Ele matou o animal." Meu esposo respondeu: "Conscientize-o. Não venha entrar na minha casa querendo prender o meu povo." O Batista sabe disso, não é, Batista?... Ele ficou meio sem graça, porque era ele que queria prender o rapaz. Só que eu não disse que era ele, mas ele sabia que eu estava falando daquele caso. Ainda hoje eu disse para a Débora: Débora, aqui em Corumbá tem gente que não gosta de ficar perto de mim, porque onde nós nos encontramos não nasce capim. É uma briga, porque eu digo uma coisa, e ele quer contradizer. Ele disse que nós colocamos fogo. Mas guató não põe fogo para queimar. Se nós queimarmos, o que vai sobrar para nós? Vai acabar a nossa mata. De onde nós vamos tirar a madeira para fazer as nossas canoas? Para fazer as nossas casas? Aí eu disse a ele: você sabe de onde vem o fogo?... Ele respondeu: "Dos raios". E eu disse: que raio, coisa nenhuma! Não tem raio quando não tem chuva. E ele perguntou: "Então, de onde vem?" Eu respondi: o fogo é ateado até por drone. Agora vocês querem jogar a culpa nos outros. Aí ele disse: "A senhora tem certeza disso?". Eu respondi: "Tenho." E ele disse outra coisa para mim: "E a dívida da ferrovia?". Então eu disse: e você tem prova disso? Mostre a sua prova que eu mostro a minha. Então, é isso que eu quero dizer para vocês. Eu sou guató, luto pela minha terra e pelo meu povo! Nossa vida são os rios! [Palmas no auditório]...

DEPUTADO PEDRO KEMP - PT (proponente) — Viva o povo guató! Vida longa ao Pantanal! Então, agora, nós vamos encerrar a nossa audiência pública. Agradeço a todas as pessoas que fizeram uso da palavra, às nossas companheiras guerreiras do SOS Pantanal e do IJF e à comunidade guató. Agradeço a todos vocês que permaneceram conosco até o final. E quero terminar com estas crianças aqui, porque estamos defendendo



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL SECRETARIA
JURÍDICA E LEGISLATIVA — SJL
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA E REVISÃO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA “FERROVIA SIM, HIDROVIA NÃO”
REALIZADA EM 10/06/2026**

o Pantanal para entregá-lo às futuras gerações: esse bioma maravilhoso, para que elas possam cuidar dele e, depois, entregá-lo às gerações que virão. Queremos vida longa ao Pantanal. Queremos emprego decente para o nosso povo. E queremos que as riquezas aqui produzidas permaneçam aqui, para beneficiar o povo de Mato Grosso do Sul, principalmente o povo do Pantanal. Então, com a presença destas futuras gerações, encerramos a nossa audiência pública, agradecendo imensamente a todos e dizendo que este movimento tem que continuar, até que a vitória seja celebrada por todos nós. Nada mais havendo a tratar, eu declaro encerrada a presente audiência pública (19h30min).